

1914 – 1918: A Grande Guerra

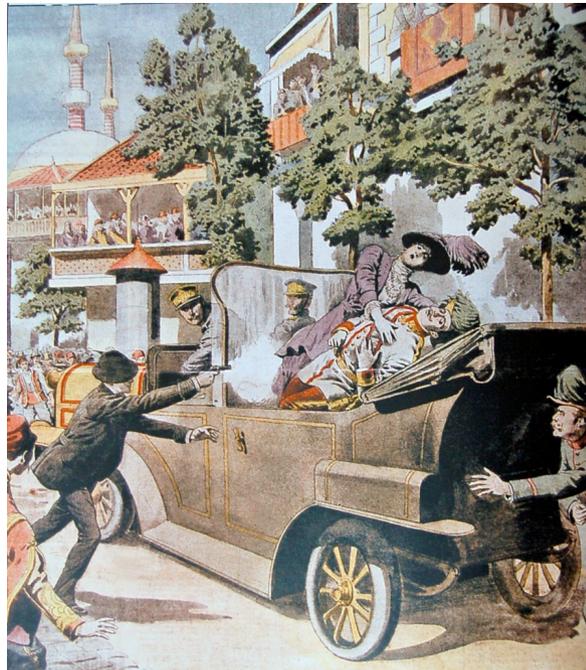
1914 – 1918: A GRANDE GUERRA

I

AS ORIGENS DA GUERRA

As origens da Guerra Mundial foram múltiplas, umas circunstanciais e imediatas, outras mais profundas e complexas, de natureza política, social, económica, militar e psicológica.

1. CAUSAS CIRCUNSTANCIAIS E IMEDIATAS: O ATENTADO DE SARAJEVO



1. O atentado de Sarajevo (reconstituição)

A 28 de Junho de 1914, o Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro, na sua qualidade de inspector-geral do exército, visita Sarajevo, capital da província da Bósnia, onde tinha ido assistir a manobras militares. Acompanha-o sua mulher. Chegado de comboio, dirige-se à Câmara Municipal em automóvel descapotável. No trajecto, é lançada uma bomba sobre o seu carro, mas que explode junto de outro veículo da comitiva, ferindo um oficial. Finda a cerimónia, dirige-se ao hospital para visitar o ferido; o motorista engana-se no caminho e pára, a fim de mudar de direcção, em frente de um café onde se encontrava Gavrilo Príncipe, um bósnio de 19 anos, que mata o casal a tiro de revólver.

O **Arquiduque** não era muito estimado na Corte, socialmente, por ser sobrinho e não filho do imperador e ter casado fora do círculo da realeza ou da alta aristocracia; politicamente, Austríacos e Húngaros contestavam o seu

plano de transformar a Monarquia Dual¹ (Áustria e Hungria) numa Monarquia Tríplice, com a criação, na metade húngara, de uma nova unidade autónoma, de população eslava (sérvio-croata); o próprio Imperador temia a sua actividade futura, como se depreende da sua exclamação ao receber a notícia da morte de Francisco Fernando: “para mim é um grande alívio de preocupações”². O plano do Arquiduque (trialismo) desagradava também à Sérvia, que temia o efeito desse projecto junto de outros grupos eslavos, o que contrariava a sua ambição de, com eles, vir a formar a Grande Sérvia.



2. Mapa dos Balcãs, 1912-1913

A **Bósnia e a Herzegovina** tinham sido províncias do Império Otomano, de população maioritariamente eslava, colocadas sob a administração da Áustria pelo Congresso de Berlim (1878), após a vitória da Rússia sobre o Império Otomano, mas mantendo-se otomanas. Contudo, o governo de Viena, depois de as “ocupar provisoriamente”, anexou-as, a 5 de Outubro de 1908, a pretexto de nelas preservar a ordem e a paz. Esta decisão provocou uma grave crise: levantamentos na Bósnia, fomentados pela sociedade secreta *Jovens Bósnios*; contestação da Sérvia; a Rússia exigiu a convocação dos signatários do Congresso de Berlim; a Alemanha apoiou a decisão da Áustria; a França e a Grã-Bretanha procuraram resolver diplomaticamente o conflito; e a Rússia, perante uma ameaça velada de guerra, acabou por aceitar a anexação.

¹ Monarquia dual, A Áustria e a Hungria são autónomas: têm governo e parlamento próprio, mas os Negócios Estrangeiros, as Finanças e a Guerra, estão sediados em Viena; O soberano intitula-se “Imperador da Áustria” e “Rei da Hungria”.

² Gilbert, Martin, *A Primeira Guerra Mundial*, Vol. 1, p. 60. Ed a esfera dos livros, 2007

Os **autores do atentado** eram Bósnios, membros das associações secretas *Jovens Bósnios* e *Mão Negra*, esta com sede em Belgrado, capital da Sérvia. Presos, afirmaram, com orgulho, terem pretendido contribuir com o seu gesto para a libertação de todos os Jugoslavos (Eslavos do Sul: Sérvios, Croatas, Eslovenos), e ajudá-los a alcançarem a independência na união com a Sérvia.

Estas declarações, indiciando a intervenção sérvia no atentado, foram a oportunidade, há muito desejada pela Áustria para “esmagar a Sérvia”, que considerava factor de instabilidade pela atracção que exercia junto dos Eslavos do Império. É sintomático o comentário do chefe do estado-maior austro-húngaro à notícia do assassinato do Arquiduque: foi “uma bênção, ou melhor, uma dádiva de Marte!”³. Contudo, só era possível atacar a Sérvia se houvesse apoio militar da Alemanha, dada a inevitável intervenção da Rússia, protectora dos Eslavos. Obtida essa garantia, a 5 de Julho de 1914, o governo austro-húngaro, enviou um ultimato à Sérvia com algumas exigências inaceitáveis, como a de incluir autoridades imperiais na comissão do inquérito sérvio ao atentado. O ultimato é rejeitado a 25 e a 28 de Julho de 1914, um mês depois do atentado, a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia.

2. CAUSAS SUBJACENTES

2.1. O nacionalismo causa da Guerra?



3. Os nacionalismos europeias

A crise da Bósnia de 1908 mostrou, por um lado, a persistência de movimentos nacionalistas no Império Austro-Húngaro e, por outro, que a anexação da província pela Áustria punha em risco a paz europeia.

³ Gilbert, Martin. *História do século XX*, Vol. 1, Ed. Expresso, p.100

O mesmo cenário no Império Otomano (parte europeia). Por isso, a imprensa da época afirmava que os Balcãs eram “um barril de pólvora, pronto a ”explodir”. O atentado de Sarajevo foi o detonador.

A **Áustria-Hungria era um Estado dinástico**, fruto de conquistas, de casamentos e de heranças de príncipes, logo, constituído por grupos étnicos, linguísticos, históricos e culturais de natureza e origem diferentes: Alemães, Húngaros, Checos, Polacos, Ucrânios, Eslovenos, Croatas, Italianos. A sua unidade era-lhe dada pelo soberano comum e garantida pelo exército e a administração imperial. Contudo, cada um desses grupos, com o tempo, ganha consciência da sua identidade, concebe-se como uma nação e aspira, conforme os casos, à independência ou à união com grupo étnico afim.

No Império otomano, além de Turcos, havia Gregos, Búlgaros, Eslavos do Sul (sobretudo Sérvios), Albaneses e Romenos.

O sentimento nacional tornou-se uma força política. Alimentam-no os ideais da Revolução Francesa e os escritos de historiadores, filólogos, poetas que buscam as suas raízes, restauram a língua nacional, exaltam os feitos dos seus maiores. Estes movimentos, aliás, manifestam-se igualmente na Espanha, com os Bascos e os Catalães, no Reino Unido, sobretudo na Irlanda e na Escócia.

Assim, os Eslavos do Sul do Império (Bósnios, Herzegovinos, Croatas e Eslovenos) reivindicam a independência e a unidade com a Sérvia, instigados e apoiados pela Sérvia, que contava, por sua vez, com a protecção da Rússia, que se considerava cabeça e guia dos Eslavos da Europa Oriental (*pan-eslavismo*). Em oposição ao bloco eslavo, forma-se o bloco austro-alemão, liderado pela Alemanha, que ambicionava unir os povos teutónicos da Europa Central (*pangermanismo*) e promover a sua expansão para leste e outras regiões. O confronto entre o pan-eslavismo e o pangermanismo foi um dos elementos condicionantes da eclosão da Grande Guerra.

Em **França**, os nacionalistas (os “patriotas”) querem “vingar” a derrota sofrida na guerra franco-prussiana (1870-71) e reaver as províncias da Alsácia e Lorena, então perdidas e em risco de serem germanizadas. Na imprensa, em livros e revistas, na escola pública, alimenta-se a hostilidade contra a Alemanha, as “hordas de hunos” que queriam pilhar a França, e, nesse clima, exalta-se Joana d’Arc e canta-se a Marselhesa, que será o canto dos patriotas europeus.

O nacionalismo, no entanto, pode assumir feições perigosas: a *xenofobia*, que desconfia, teme ou odeia o “outro”, o “estrangeiro”, considerado responsável pelos males nacionais; o *racismo*, fanático da “identidade nacional”, donde a defesa da “pureza de sangue” (contra a mestiçagem) e a convicção da superioridade de umas raças sobre outras, o que leva à segregação ou ao extermínio das raças consideradas inferiores; a *guerra*, pela independência e unidade nacional, pela conquista de novos territórios (*imperialismo*), pela hegemonia entre as nações (*poder internacional*).

2.2. O imperialismo, causador da Guerra?

A conclusão das unidades nacionais não pôs termo ao nacionalismo, que revestiu uma nova forma: a expansão territorial, sobretudo colonial. Era convicção corrente que, *para se ser uma grande nação, ou para continuar a sê-lo, é preciso colonizar* (Léon Gambetta⁴). Para o nacionalista, era motivo de orgulho saber que a bandeira nacional flutuava em terras distantes; em ilustrações ou em mapas, as “colónias” eram sinalizadas com a bandeira ou as armas nacionais, a expressar também que elas eram parte integrante do todo nacional, pelo que, em muitos casos, as designavam por “províncias”.

⁴ Joll, James, *A Europa desde 1870*. Ed. DOM Quixote. p. 129.

Em consequência, verificou-se uma “corrida” pela posse de territórios ultramarinos não ocupados pelas antigas potências coloniais (Portugal, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda). Inicialmente, a Alemanha não participava nesse movimento. O chanceler Bismarck ao ser solicitado, pelas Câmaras de Comércio de Hamburgo e Bremen, a lançar-se numa conquista colonial, responde: *A Rússia está aqui, a França está ali e nós estamos no meio. Este é que é o meu mapa de África*⁵. Esta expressão revela que, perante o “cerco” por países considerados hostis, a política alemã devia fixar-se em criar uma força militar capaz de combater em duas frentes e de se impor à Europa. No entanto, por iniciativa privada, particularmente das Câmaras de Comércio, a Alemanha foi ocupando várias regiões em África e no Extremo-Oriente, movimento que se amplia com o advento de Guilherme II.

Contudo, as terras disponíveis eram escassas e o número de concorrentes aumentara, o que veio agravar as rivalidades entre os Estados europeus. Por razões políticas e estratégicas, cada um dos Estados procura ocupar territórios considerados importantes: pela sua riqueza, para garantir a defesa de posições já adquiridas, para servir de base para novos empreendimentos, como pontos de apoio (de escala) às frotas mercantes e militares, fundamentais para o controlo das rotas marítimas, ou ainda para fortalecer os seus exércitos com soldados coloniais.

Assim, a França para defender a Argélia, que conquistara nas décadas de 1830 e 1840, estabeleceu um protectorado na Tunísia e avançou sobre Marrocos, contrariando as ambições da Alemanha. A Grã-Bretanha para defender a rota da Índia, controlou o Egipto (canal do Suez) e a zona do Cabo (dos bóeres, colonos holandeses) e pretendeu realizar a ligação do Cabo ao Cairo, o que colidiu com o desejo francês de criar uma ligação entre as suas colónias da África Ocidental à colónia de Djibuti, na margem do mar Vermelho (confronto militar em Fachoda, 1898), e com Portugal, que considerava suas as terras entre Angola e Moçambique (*mapa cor-de-rosa e Ultimato inglês* de 1890). Na região do Congo, o choque de interesses entre Portugal, França, Grã-Bretanha e Bélgica foi resolvido pela Conferência de Berlim (1884-1885).

Mas uma política colonial exigia uma força naval, capaz de defender os territórios já possuídos e de assegurar o controlo das rotas marítimas. Nas palavras do imperador alemão Guilherme II, *potência colonial é igual a potência naval e que a primeira sem a segunda é um disparate evidente*⁶. Por isso aceita e apoia o programa naval do almirante Tirpitz, que a Grã-Bretanha considera uma ameaça, como afirmou Winston Churchill, Primeiro Lorde do Almirantado, na Câmara dos Comuns, a 26 de Março de 1913: *Devo repudiar explicitamente a sugestão de que a Grã-Bretanha possa consentir alguma vez que outra potência naval se avizinha tanto dela que seja capaz de desviar ou restringir a sua acção política mediante uma pressão puramente naval. Uma tal situação conduziria indubitavelmente à guerra*⁷. Recordo que, para a Grã-Bretanha, a sua frota devia ser, pelo menos, igual à soma das duas frotas mais importantes depois da sua. Esta rivalidade naval, somando-se à rivalidade política e económica, criava um clima favorável à guerra.

2.3. A economia na origem da guerra?

O imperialismo, contudo, a partir de 1870-1880 entrara numa nova fase devido à industrialização das nações europeias. A utilização de novas fontes de energia (electricidade e derivados do petróleo), o desenvolvimento da maquinaria automática e a elevada divisão do trabalho nos processos de fabrico, provocavam uma produção em massa e a menor custo. Surgia o **imperialismo económico**: a competição pelo controlo das zonas fornecedoras de matérias-primas e energéticas, por novos mercados para escoamento dos produtos fabricados; por regiões de abastecimento de produtos alimentares; por lugares de investimento dos capitais excedentários.

⁵ Id. Id., p. 143.

⁶ Afonso, Aniceto, *Grandes Batalhas da História de Portugal - 1914-1918*. Verso da História/Expresso, p. 12

⁷ Joll, James, ob. cit. p. 265

A rivalidade industrial e comercial entre a Grã-Bretanha e a Alemanha acentua-se. Industrialmente, a Alemanha, mercê da estreita relação entre a ciência e as empresas, os laboratórios e as fábricas, ultrapassa a Grã-Bretanha. Comercialmente, os produtos alemães desalojam dos mercados os congêneres britânicos, em qualidade e preço. Os comerciantes ingleses acusam a Alemanha de usar uma prática comercial desleal: colocação de mercadorias nos mercados internacionais a um preço inferior ao praticado no mercado interno (*dumping*), ao mesmo tempo que se fecha à entrada de produtos estrangeiros. Na Grã-Bretanha crescia o sentimento de que a Alemanha lhe movia uma guerra nos planos industrial, comercial e a nível dos transportes, a exigir medidas de contenção.

Contudo, a revolução industrial ao criar novas formas de organização – a concentração de empresas – e de financiamento – o crédito bancário a longo prazo – exige a fusão do capital industrial com o bancário, originando o **capitalismo financeiro**, caracterizado pelo domínio da indústria pelos bancos e companhias de seguros; pela formação de monopólios; por enormes acumulações de capitais, o que conduz à exportação dos capitais excedentários para países com dificuldades económico-financeiras, em busca de maior rentabilidade. Como escreveu Lenine, o que distingue o antigo capitalismo do moderno é que o primeiro, onde reina a livre concorrência, exporta mercadorias, enquanto o segundo, reino dos monopólios, exporta capitais⁸. Os investimentos no estrangeiro revestiam duas formas: a compra de títulos de dívida pública ou de acções de sociedades e a concessão de empréstimos (*investimentos de carteira*), ou *investimentos directos* na construção de infra-estruturas portuárias, ferroviárias, na produção agrícola ou industrial.

No entanto, os capitais excedentários podiam também ser postos ao serviço dos interesses políticos, gerando laços de dependência entre nações. E daí a pergunta: as rivalidades económicas comandam as relações políticas ou o inverso? Esta dupla relação mereceu várias interpretações: nos finais do século XIX, o socialista francês Jean Jaurès afirmava que *o capitalismo traz nele a guerra como a nuvem traz a tempestade*. E desde 1902, o inglês Hobson defendia que a aplicação no estrangeiro dos capitais impunha o controlo político das áreas de investimento, donde o choque inevitável entre os investidores. E Lenine, no opúsculo *O imperialismo, estágio supremo do capitalismo* (1916), afirmava que o desenvolvimento industrial e a concentração do capital, conduz inevitavelmente à partilha do mundo (zonas de influência), à anexação de territórios ou à guerra.

Estas perspectivas são, no entanto, consideradas exageradas por muitos historiadores, que apontam múltiplos exemplos de sinal contrário: na Grã-Bretanha, os meios financeiros (bolsistas) e industriais receiam a guerra pelos prejuízos que provocaria; a economia alemã não estava em dificuldade; países rivais assinavam entendimentos: a França e a Alemanha, a 15 de Fevereiro de 1914, e a Grã-Bretanha e a Alemanha, a 15 de Junho de 1914, prevêm a delimitação de esferas de influência no Império Otomano para a construção de vias-férreas. E o atentado de Sarajevo não parece ter sido causado por questões económicas⁹.

Por outro lado, nem tudo na expansão colonial tem uma explicação puramente político-económica. Muitos homens de Estado pensavam como Jules Ferry¹⁰ que em debate parlamentar, a 28 de Julho de 1885, afirmou que as relações entre os Estados e as suas acções políticas não podem ser exclusivamente explicadas por motivos económicos, por prestígio nacional, por necessidades estratégicas. Houve também, afirmavam, “a crença” numa “missão civilizadora”, ou seja: o dever de “ajudar as raças inferiores”, mediante o combate às doenças, à escravidão endémica, às guerras tribais e também “ensinando a ler e a escrever”. As “missões” católicas e protestantes eram simultaneamente, centros de evangelização, de colonização e de ocidentalização – o slogan português “*Dilatar a Fé e o Império*”, exprimia bem a dualidade da missão expansionista. Por sua vez, as Sociedades de Geografia, como a de Lisboa (1875), criavam nos territórios que investigavam *estações civilizadoras* (Estatutos da de Lisboa). Era a crença na “**missão civilizadora da Europa**”, que o poeta inglês Kipling (1865-1916) exaltou no poema *o fardo*

⁸ Lenine, *O Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, brochura de 1916.

⁹ Groupe de Recherche pour l'Enseignement de l'Histoire et de la Géographie, Hachette, 1982, p.31

¹⁰ Ferry, Jules, *Débats parlementaires*, 1885, em Groupe de Recherche pour l'Enseignement de l'Histoire et de la Géographie. Hachette, 1982, p.307.

do homem branco (1903). Repare-se na expressão “o fardo!”. Esta “missão civilizadora”, no entanto, podia servir de legitimação e encobrimento de uma verdadeira espoliação, como no caso do Estado Livre do Congo, tutelado por Leopoldo II, rei dos belgas, grande apologista dessa nobre missão.

3. A EUROPA NO CAMINHO DA GUERRA

A Europa, na parte final do século XIX e inícios do século XX, apesar das rivalidades entre os Estados e de algumas tensões entre eles, estava em paz. A Grã-Bretanha, mercê do seu poder técnico, industrial, financeiro e militar como que garantia o equilíbrio entre as diversas potências, era a “Paz Britânica”.

Por volta de 1900, esse equilíbrio europeu entrou em ruptura. A Alemanha ultrapassou a França e a Grã-Bretanha na área industrial, na conquista dos mercados internacionais, dispõe de um exército forte e de uma frota naval poderosa. Esta situação foi considerada uma ameaça à supremacia britânica e alarmou a França e a Rússia, originando um clima de tensão, denominado de **paz armada**, caracterizado pelos sistemas de alianças estabelecidos e pela corrida aos armamentos.

3.1. Crises em cadeia (1904-1914)

A paz europeia foi posta em perigo por uma série de crises internacionais entre 1905 e 1913:

A **1.ª crise marroquina (1905)**. A França, desde 1900, desejava criar um protectorado sobre Marrocos, com o acordo de Itália, Grã-Bretanha (1904) e Espanha, o que a Alemanha não aceitava, como procurou demonstrar com a visita a Tânger de Guilherme II (31 de Março de 1905), onde, perante o Sultão, declarou que protegeria a independência de Marrocos. O incidente originou a Conferência Internacional de Algeciras (17 Janeiro a 6 de Abril de 1906), que deu razão à França, contra as ideias alemãs de internacionalização da região. Foi reconhecida a soberania do sultão e a integridade do território marroquino, com a ajuda da França e da Espanha; Tânger ficava como uma zona internacional, sob o comando de um oficial suíço. A França contou com o apoio da Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos (não desejavam a Alemanha na costa africana atlântica), enquanto a Alemanha teve apenas o apoio da Áustria-Hungria

A **crise da Bósnia-Herzegovina (1908-1909)**, que referimos na introdução desta exposição.

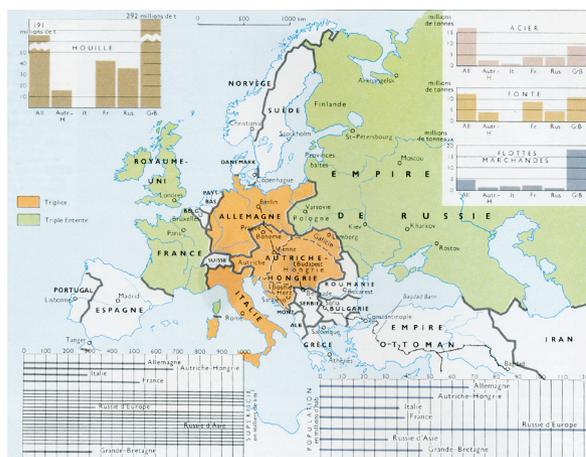
A **crise de Agadir (1911)** ou a **2.ª crise marroquina**. Pela conferência de Algeciras competia à França a segurança dos principais portos marroquinos, o que lhe serviu de pretexto para intervir no interior. Desordens em Marrocos, então verificadas, punham em perigo o Sultão e a vida dos Europeus (sobretudo negociantes), pelo que tropas francesas intervieram, e, depois disso, mantiveram-se em Fez, cidade do interior, o que ia contra o acordado em Algeciras. A Alemanha, para intimidar a França, envia, a 1 de Julho de 1911, a canhoneira *Panther* ao porto de Agadir. A Grã-Bretanha põe-se ao lado da França e a Alemanha, que não desejava uma guerra, aceita o protectorado da França em Marrocos e recebe, como compensação, a parte interior do Congo francês, que ligava os Camarões à bacia do Congo (1912).

A **crise nos Balcãs (1912-1913)**. A revolta dos *jovens turcos* (1908) despertou o nacionalismo islâmico e levou à negação das liberdades religiosas, o que provocou, em 1910, a reacção dos povos não turcos (Árabes, Albaneses, Macedónios) e determinou a aliança da Sérvia, Bulgária e Grécia contra a Turquia, sob a égide da Rússia (1912) A derrota da Turquia originou a partilha dos territórios turcos europeus e a Sérvia reivindicou as partes sérvias da Macedónia e a Albânia, que lhe assegurava uma saída para o mar Adriático, ao que se opôs a Áustria-Hungria, apoiada pela Alemanha e pela Itália; a Rússia não tomou posição firme, mas mudou de atitude após a França se colocar a seu lado; a França, por sua vez aproximou-se da Grã-Bretanha. Pairava a ameaça de uma guerra. Em

Londres, chegou-se a um acordo (16 de Dezembro de 1912), reconhecendo-se a independência da Albânia, contra a vontade da Sérvia. A Turquia mantinha Constantinopla e uma zona envolvente.

Contudo, os vencedores da 1.^a guerra balcânica não se entenderam sobre a distribuição dos territórios conquistados à Turquia, e a Bulgária declarou guerra à Sérvia e à Grécia, a 26 de Junho. A Alemanha e Áustria-Hungria apoiaram a Bulgária e a Rússia e a França, a Sérvia; a Roménia, que não participara na 1.^a Guerra alinhou contra a Bulgária, e a Turquia aproveitou a ocasião para retomar Andrinopla. A Bulgária é vencida. Nas negociações de paz (Bucareste, 10 de Agosto de 1913), Andrinopla voltou à Turquia; a Macedónia foi partilhada entre a Grécia, a Sérvia e a Bulgária. Mas as discórdias mantiveram-se. A Áustria quer destruir a Sérvia, incitada pela Alemanha, que desejava retomar o caminho da Ásia Menor e afirmar-se como principal potência europeia na Ásia Menor.

3.2. Formação e evolução das alianças



4. As alianças europeias em 1914

A **Tríplice Aliança**. As tensões entre os Estados levaram à formação de alianças múltiplas. A Alemanha, se recordarmos a imagem de Bismarck, sentia-se “cercada” pela França e pela Rússia, o que a obrigaria, em caso de conflito, a combater em duas frentes. Procurou, por isso, isolar a França, constituindo, em 1873, uma coligação com a Áustria e a Rússia (Liga dos Três Imperadores), que se desfez quando no Congresso de Berlim foi retirado à Rússia o que adquirira ao vencer a Turquia. A Alemanha fortaleceu então a aliança com a entrada Itália (1882), que se sentia prejudicada com a anexação da Tunísia pela França (1881) e com o apoio por ela prestado à Santa Sé, o que impedia a unificação italiana. Nesta aliança havia um ponto fraco, a Itália: os nacionalistas italianos desejavam readquirir Trentino e Trieste e zonas da Dalmácia, sob domínio austríaco; a Itália assinou um acordo com a França (1900), declarando manter a neutralidade em caso de ataque por uma terceira potência, em troca de liberdade de acção em Tripoli, e declarou à Rússia “encarar com benevolência” as suas pretensões sobre os Estreitos (Bósforo e Dardanelos) e Constantinopla, o que era contrário à política alemã.

A **Tríplice Entente**. A França procurou uma aliança com a Rússia, em 1890, que obrigava ambas as partes a participarem numa acção conjunta, em caso de ataque da Alemanha ou da Áustria; em 1904, a França negociara

com a Grã-Bretanha a *Entente Cordiale*, garantindo à Grã-Bretanha liberdade de acção no Egipto, em troca de igual atitude perante a actividade francesa em Marrocos, e aproximava ambos os países perante possível ameaça alemã: a França concentraria a sua força naval no Mediterrâneo, contra Itália e Áustria-Hungria, e a Grã-Bretanha asseguraria a defesa da costa norte francesa; em 1907, a Grã-Bretanha aproximou-se da Rússia, acordando com ela as zonas de influência na Pérsia: a parte norte para a Rússia e a parte sul para a Grã-Bretanha; entre 1905 e 1912, há compromissos militares franco-britânicos e anglo-russos. Contudo, havia fragilidades nessas alianças: só funcionavam na Europa. A Rússia não interveio na crise marroquina que opôs a França à Alemanha; na crise da Bósnia (1908), França e Grã-Bretanha não apoiaram a Rússia, procurando antes agir diplomaticamente na obtenção de um acordo; o governo britânico não se sentia comprometido em ir em auxílio da França, em caso de ataque alemão, embora o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Edward Grey, afirmasse ser moralmente impossível não o fazer.

3.3. A corrida aos armamentos

As tensões entre os Estados alertavam-nos para a necessidade de proceder a um conjunto de **reformas militares de financiamento das forças armadas**.

A convicção dos estados-maiores é que a decisão da guerra depende dos **exércitos**. Impunha-se, por isso, garantir os efectivos adequados: recrutamento militar obrigatório (na Grã-Bretanha, sistema de voluntariado, que permite um exército pequeno e profissional); aumento da duração do serviço militar obrigatório, de dois para três anos (na França, em 1913). Impunha-se também dotá-los com melhor armamento: espingardas de repetição (maior precisão e rapidez de tiro), metralhadoras automáticas (concentração de fogo), artilharia de campanha, ligeira e pesada (maior alcance, precisão e poder de destruição); aviões e balões fixos (postos de observação e reguladores do tiro da artilharia); gases tóxicos; stocks de munições. Paralelamente, desenvolvimento da **marinha de guerra**: a Grã-Bretanha constrói couraçados mais poderosos, com maior blindagem, tonelage e enorme artilharia; cruzadores mais rápidos e melhor armados; torpedeiros e submarinos. Alemanha, França, Itália, Estados Unidos e Japão procuram não ficar muito atrás¹¹. Esta política alarma os pacifistas, que procuram, em conferências de paz, limitar os armamentos e o emprego de armas mais mortíferas, como gases asfixiantes, lança-chamas, balas “dum-dum”, de efeito devastador. As próprias organizações operárias tentaram, sem sucesso, fazer “guerra à guerra”.

São ainda utilizadas **armas económicas**: atingir a economia do adversário, privando-o do acesso às matérias-primas, ao petróleo, aos produtos alimentares (bloqueio naval, por navios de superfície e submarinos) e fortalecer a capacidade económica nacional, mediante regulamentação do Estado; **armas psicológicas**: mobilizar a opinião pública nacional (propaganda) e atingir o moral do adversário (bombardeamentos aéreos de povoações e lançamento de panfletos). O chefe do estado-maior alemão, Moltke, a 8 de Dezembro de 1912, durante uma conversa com outros chefes militares e o Kaiser, sugeriu ser necessária “uma melhor preparação” para a “aceitação popular” da guerra, pelo que os jornais deveriam começar a “esclarecer o povo germânico”; por sua vez, o almirante Müller, um dos presentes nessa reunião, nas instruções dadas ao chanceler Bethmann-Hollweg, afirmou: “O povo não deve estar numa posição de se interrogar apenas no início de uma grande guerra europeia sobre os motivos por que irá a Alemanha lutar. O povo deve acostumar-se previamente à ideia dessa guerra”¹². Estamos, portanto, perante uma guerra total.

¹¹ Groupe de Recherche pour l'Enseignement de l'Histoire et de la Géographie, Hachette, 1982, pp. 29-30.

¹² Martin, Gilbert, *A Primeira Guerra Mundial*, vol. 1, p. 42.

3.4. Planos de guerra

As tensões europeias e a expectativa de um conflito europeu a curto prazo, obrigaram os principais intervenientes a elaborar planos militares, adaptáveis às circunstâncias de momento.

O **plano alemão**, do general Schlieffen, de 1906, revisto depois, previa, perante uma guerra em duas frentes (França e Rússia) uma ofensiva fulminante contra a França, com “sete oitavos do exército alemão”¹³, numa manobra de envolvimento, contornando pela Bélgica as fortalezas francesas, em direcção a Paris e, tomada a cidade, empurrar o exército francês para a ala esquerda do exército alemão, que penetraria na França pelo Luxemburgo. Derrotada a França, em seis semanas, todas as forças seriam concentradas sobre a Rússia. Na frente leste, até então, manobras de contenção pelo oitavo exército alemão e pelo ataque austríaco à “Polónia russa”. Seria uma “guerra de movimento”.

O **plano francês** (Plano XVII), aprovado por Joffre, chefe do estado-maior francês em 1911, previa uma ofensiva contra a Alemanha, entrando na Lorena pelo Reno, ficando, na ala esquerda, o “Quinto Exército” para suster o perigo do avanço alemão pela Bélgica. Contava, a ocidente, com a intervenção da Grã-Bretanha e a oriente com uma ofensiva russa¹⁴.

O **plano inglês** determinava que, em caso de ataque à França, através da Bélgica, enviaria, com o apoio da marinha britânica, uma força expedicionária de “seis divisões”¹⁵. A Grã-Bretanha não tinha um serviço militar obrigatório, pelo que o corpo expedicionário teria de ser aumentando com “voluntários”.

O **plano russo** não se afastava muito do francês, apostando na ofensiva, com as suas forças de “exército no activo”, e mobilização rápida das “forças de reserva”. Prometia à França que “atacariam a Alemanha com pelo menos 800 000 mil homens – metade das forças russas em tempo de paz –, 15 dias depois da mobilização”¹⁶. Uma fragilidade do plano: a grande distância entre os locais de mobilização e a frente alemã.

O **plano austro-húngaro** visava sobretudo derrotar a Sérvia e defender-se da Rússia, neste caso com apoio alemão: 10 divisões para combater a Sérvia, 30 contra a Polónia, 12 em reserva, para reforçar as anteriores. Obrigava a Rússia a combater em duas frentes, mas o mesmo lhe sucedia¹⁷.

Durante o conflito, os exércitos serão obrigados a alterar os planos e a utilizar, conforme as situações, uma estratégia de “ruptura” (ofensiva “relâmpago”, a qualquer preço), de “desgaste” (“guerra de trincheiras”) e de “diversão” (abrir novas frentes de combate).

4. NA EXPECTATIVA DA GUERRA

No entanto, apesar das ameaças de guerra, a Europa parecia crente na manutenção da paz; reconhecia a necessidade e valia da interdependência entre as nações; considerava a paz social fundamental para o desenvolvimento dos povos. A guerra, afirmava-se, poderia beneficiar os que se dedicassem à construção naval, à indústria de armamentos ou os que sonhavam lucrar com a ocupação de novos territórios, mas muitos homens de negócio, bolsistas, industriais e comerciantes, viam na guerra o colapso do sistema económico vigente.

Aliás, em vários domínios existia já cooperação internacional: criação de variadas instituições reguladoras

¹³ Keegan, John, *A Primeira Guerra Mundial*, Porto Editora, 2014, pp.49-51.

¹⁴ Id. Id. pp.59-61.

¹⁵ Id. Id. pp.68-69. Afonso, Aniceto, ob. cit. p. 23, refere 100 000 homens.

¹⁶ Id. Id. pp. 61-64

¹⁷ Id. Id. pp.65-67.

de actividades económicas, das condições laborais, das comunicações e transportes, da saúde, de movimentos filantrópicos e religiosos, etc. O czar Nicolau II propôs, em 1898, a criação de um organismo arbitral para dirimir as questões entre nações, mas as potências europeias preferiam resolver os problemas em acordos bilaterais, como sucedeu nas crises marroquinas e balcânicas.

Infelizmente, as **forças internacionalistas** existentes não eram capazes de se opor à tendência para a guerra. A Igreja Católica há muito perdera a sua autoridade pan-europeia e, no conflito austro-sérvio, a Igreja austríaca colocara-se ao lado do Imperador. A Internacional Socialista não conseguiu obter a unanimidade de votos para decretar “uma greve geral contra a guerra”, proposta pelos socialistas franceses – os sociais-democratas alemães rejeitavam a ideia da greve geral, concordavam em lutar pela paz entre a Alemanha e a França, mas desejavam também o fim do governo tirânico na Rússia. Apesar disso, na altura da guerra, socialistas e sociais-democratas assumiram as posições dos respectivos governos.

Tudo dependia, afinal, das decisões políticas, da lucidez ou da falta dela nos detentores do poder. O coronel House, emissário do Presidente dos Estados Unidos, Wilson, em comunicado enviado de Berlim, a 29 de Maio de 1914, informava: “A situação é extraordinária. É o militarismo à solta (...) mais tarde ou mais cedo, vai haver um terrível cataclismo”¹⁸.

II

A ECLOSÃO DA GUERRA

1. PAÍSES BELIGERANTES E NEUTROS

A 28 de Julho de 1914, a Áustria declarou guerra à Sérvia, o que motivou a mobilização parcial do exército russo; a 31, o duplo ultimato da Alemanha à Rússia, para desmobilizar, e à França para declarar a neutralidade; a 1 de Agosto, declaração de guerra da Alemanha à Rússia e mobilização geral na França; a 2 de Agosto, a Alemanha enviou um ultimato à Bélgica, para obter livre passagem pelo seu território quando atacar a França, e invadiu o Luxemburgo; a 3 de Agosto, a Alemanha declarou guerra à França e tropas alemãs ocuparam três cidades na Polónia russa; a 4 de Agosto, a Alemanha invadiu a Bélgica e a Grã-Bretanha declarou-lhe guerra, por ter violado a neutralidade daquele país, salvaguardada por um tratado internacional, subscrito também pela Alemanha¹⁹.

Perante o conflito, os restantes países europeus mantiveram-se neutros. Holanda e Suíça, de modo absoluto; a Noruega inclinada para a Grã-Bretanha; a Suécia, mais alemã; a Dinamarca, forçada pela Alemanha a fechar e minar os estreitos entre o Báltico e o mar do Norte; a Espanha, com relações amigáveis com a França, mas com simpatia pela Alemanha; Portugal provisoriamente neutro, a pedido da Grã-Bretanha; a Itália, apesar de ser membro da Tríplice Aliança²⁰; a Grécia, mais ligada à Sérvia; a Bulgária pendia para a Alemanha e Áustria; a Roménia, apesar do seu rei ser da família de Guilherme II; o Império Otomano, secretamente aliado da Alemanha; o Japão aproxima-se da Grã-Bretanha e a 23 de Agosto declara guerra à Alemanha (interesses na China - contra a presença alemã). Os Estados Unidos, a 19 de Agosto, afirmam a sua neutralidade e imparcialidade absolutas, mas a 6 de Abril de 1917, pelas afinidades com a Grã-Bretanha e pelo recrudescimento da guerra submarina alemã, que afundava navios neutros, provocando a morte de muitos norte americanos, como sucedeu com o torpedeamento do paquete inglês Lusitana, em 7 de Maio de 1915, declaram guerra à Alemanha.

¹⁸ Gilbert, Martin, ob. cit. vol. 1, p.51.

¹⁹ Em 1839, o Tratado de Londres reconheceu perpetuamente a Bélgica como Estado independente e neutral. Assinaram o tratado: a Grã-Bretanha, a Áustria, a Prússia, a França e a Rússia.

²⁰ A Itália justificava-se, alegando que o seu anterior compromisso só a obrigava a intervir se a Alemanha e a Áustria fossem atacadas, o que não era o caso.

2. A POSIÇÃO PORTUGUESA: NEUTRALIDADE APARENTE NA EUROPA²¹

Perante a eminência do conflito europeu foi discutida a posição a assumir por Portugal, tendo em conta a aliança com a Grã-Bretanha e a contiguidade de fronteiras de Moçambique e de Angola com as colónias alemãs da África Oriental alemã e o Sudoeste Africano Alemão.

O Partido Republicano Português, de Afonso Costa (os *democráticos*) defendia a intervenção na guerra, em nome da aliança inglesa, embora alguns dos seus membros entendessem dever fazê-lo por interesse próprio; o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida (os *evolucionistas*) entendia que a intervenção teria que ser solicitada pela Grã-Bretanha e que as forças militares portuguesas deveriam combater em defesa das colónias; o Partido União Republicana, de Brito Camacho (os *unionistas*) e os republicanos independentes, de Machado dos Santos (os *machadistas*) opunham-se à guerra; os monárquicos moderados e os católicos admitiam a guerra em defesa das colónias; os monárquicos radicais eram apologistas da vitória alemã; os socialistas eram contrários à guerra. No exército havia entre os oficiais uma corrente contrária à intervenção militar, enquanto a Armada alinhava com a posição dos democráticos. A opinião pública dividia-se entre a beligerância e a não intervenção, com manifestações públicas em várias cidades.

Que razões pesaram nessas posições? Os republicanos de Afonso Costa pretendiam obter o reconhecimento internacional da República e fomentar e liderar uma “união sagrada” em defesa da Pátria, à moda francesa; outros republicanos e monárquicos consideravam a intervenção fundamental para a defesa das colónias, objecto de cobiça, como se verificara em 1898 e 1912/13, com as tentativas da sua partilha entre britânicos e alemães; republicanos e monárquicos desejavam o reforço da aliança britânica face a ameaças de anexação de Afonso XIII, rei de Espanha.

O governo português tinha que assumir uma posição. Para isso, a 1 de Agosto, através do embaixador em Londres, Teixeira Gomes, sondou o governo britânico a esse respeito, embora sublinhando a importância da manutenção da neutralidade. A resposta, a 4 de Agosto, dia da declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha, foi que Portugal se devia manter neutro, mas sem o declarar expressamente, podendo estar certo de que, em caso de ataque alemão a colónias portuguesas, podia contar com o apoio britânico. Portanto, nem neutro nem beligerante. A 7 de Agosto de 1914, o Presidente do Ministério, Bernardino Machado, define a posição portuguesa, ao declarar no Congresso da República que Portugal manterá com todas as nações relações de “amizade”, mas “sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres da Aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma faltaremos”. Esta “neutralidade” agradava a todos, ao permitir a utilização dos portos portugueses por navios de várias nacionalidades e, desse modo, a Europa mantinha relações comerciais com a América e África.

Que motivos teriam determinado o pedido da Inglaterra? Temer ser obrigada a garantir a defesa e os custos orçamentais da nossa participação na guerra, dada a debilidade das nossas forças armadas e a nossa situação financeira? Não desejar complicações com a Espanha, de Afonso XIII, cujo apoio desejava? Não ter compromissos assumidos quando se negociassem as condições de paz?

3. FORÇAS EM PRESENÇA

Os dois campos tinham, aparentemente, forças equivalentes. França, Grã-Bretanha e Rússia dispunham de 170 divisões, Alemanha e Áustria-Hungria de 150. Contudo, havia diferenças operacionais: os Impérios Centrais eram superiores no armamento, sobretudo em artilharia pesada, tinham um comando supremo único e podiam mais facilmente deslocar forças entre as diversas frentes de combate. Pelo contrário, a capacidade de recrutamento

²¹ Peres, Damião, *História de Portugal*, Ed. Portucalense Editora, Portucalense Editora, 1937, 491 e segs.

e de mobilização era maior do lado das potências ocidentais, tendo em conta as respectivas populações: 240 milhões de homens aproximadamente, contra menos de 120 milhões; no mar, superioridade dos primeiros: 81 couraçados contra 51, o que garantia o domínio dos mares, logo o bloqueio das potências centrais, e permitia receber das colónias soldados e recursos materiais²².

4. AGOSTO DE 1914, O INÍCIO DA GUERRA

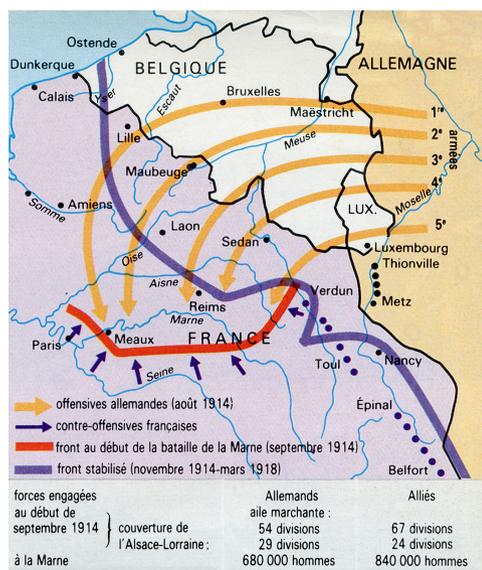
Relatos contemporâneos revelam-nos que o anúncio da guerra foi recebido com manifestações de alegria, de entusiasmo, por parte de civis e militares. Os políticos fazem discursos vibrantes apelando à mobilização popular, à formação de governos de “união sagrada”, e justificam a guerra, em nome da luta pela liberdade contra a barbárie e a opressão. Os soldados que caminham para a guerra são aplaudidos e sobre eles são lançadas flores; nos vagões de caminho-de-ferro que os transportam para a frente de combate, escrevem-se, a giz, frases contra o inimigo ou, mais simplesmente, apontam o destino: “A Berlim” ou “A Paris”. O príncipe imperial da Alemanha convocava os seus compatriotas para “uma guerra alegre e estimulante”. Os Ingleses afirmam que a guerra será curta, que “estará tudo acabado pelo Natal”²³. Mas, a par da euforia, declarações e movimentos de oposição à guerra, sentimentos generalizados de tristeza, angústia e resignação.

4.1. A ilusão de uma guerra curta

A crença numa guerra curta, decidida por operações rápidas, levou ambos os campos a colocar em acção o máximo das forças disponíveis, em termos humanos e materiais, subestimando as reservas necessárias para colmatar os desgastes sofridos. Os economistas não acreditavam que as nações pudessem suportar uma guerra longa. O Plano Alemão, perante uma guerra em duas frentes, previa atacar a França, em força, através da Bélgica e tomar Paris em seis semanas; conter a ameaça russa, contando com o exército austro-húngaro; derrotada a França, deslocar todas as forças contra a Rússia.

²² Pirenne, Jacques, *Les Grands Courantes de l'Histoire Universelle*. Ed. de la Baconnière, Neuchatel, 1955, vol. VI, pp. 104-106.

²³ Id. Id. p. 289



5. A frente ocidental – o Plano Moltke

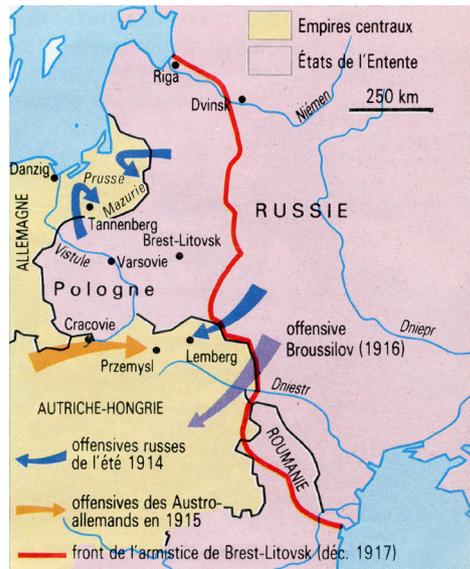
O general Moltke aplica o plano Schlieffn, mas por ele alterado. Na manhã de 4 de Agosto, três exércitos entram na Bélgica, que atravessam rapidamente, apesar da resistência inesperada e heróica dos Belgas, particularmente em Liège – resistência esmagada com brutalidade, como confessa o general alemão a 5 de Agosto: *o nosso avanço na Bélgica é certamente brutal! ... mas lutamos pelas nossas próprias vidas e todos os que se atravessarem no nosso caminho sofrerão as consequências*. E, de facto, as tropas alemãs, perante a resistência civil, de franco-atiradores, fazem reféns, que fuzilam nas praças, fazem pilhagens, massacram civis, incluindo mulheres e crianças, incendeiam povoações - em Lovaina, cidade universitária, pegam fogo à biblioteca, destruindo 230 mil livros!²⁴. A vitória de Liège permite a progressão alemã em direcção a Paris (17 de Agosto), enquanto os belgas se concentram no sistema fortificado de Antuérpia (24 de Agosto).

O general Joffre pôs em marcha o Plano francês: atacar a Alemanha pela Alsácia e Lorena (7 de Agosto), com dois exércitos, mas, depois de êxitos iniciais, foi obrigado a retirar (“batalha das fronteiras”, de 19 a 23 de Agosto). Na frente ocidental, o avanço alemão prossegue em direcção a Paris, apesar das dificuldades criadas pelos exércitos francês e inglês, até ser detido na linha do rio Marne (5-8 de Setembro). Joffre colheu ensinamentos da “batalha das fronteiras”: ceder terreno para ganhar tempo e reforçar a sua ala esquerda, apoiando-se nas praças fortificadas de Paris e Verdun. Um contra-ataque francês (9 de Setembro) abre uma “brecha” de 80 quilómetros entre os exércitos de Klück e de Bülow, e Moltke para evitar vê-los separados, ordena a retirada de ambos. O exército alemão tenta contornar o exército francês por oeste, mas foi detido pelo exército belga no rio Yser (19 Outubro, princípio de Novembro) e pelos ingleses em Ypres (22 de Novembro). Depois da batalha do Marne (6-9 de Setembro) e da “corrida ao mar”, os dois exércitos estabeleceram uma linha de trincheiras. À “guerra de movimento” sucede a “guerra de posição”.

A “guerra de movimento” revelou: 1) que o tradicional ataque em massa da infantaria e da cavalaria em terreno descoberto conduzia à sua destruição pelo fogo cerrado das metralhadoras e dos canhões - na batalha de Ypres,

²⁴ Keegan, John, *A Primeira Guerra Mundial*, Porto Editora, 2014, pp. 117-118.

morreram 80 000 soldados britânicos; 2) que a invasão depara com a resistência civil, de franco-atiradores, de sabotadores de pontes e de linhas de comunicação; 3) que nos combates foram utilizadas novas armas: melhores metralhadoras, morteiros (tiro curvo), artilharia pesada; zeplins e aviões lançam bombas sobre povoações.



6. A frente oriental

O exército russo contribuiu para o sucesso franco-inglês com a sua ofensiva sobre a Prússia Oriental (17 de Agosto), que obrigou Moltke, alguns dias antes da batalha do Marne, a deslocar quatro divisões do Oeste para a frente oriental. No entanto, os exércitos russos são derrotados em Tannenberg (27-30 Agosto) e nos lagos de Mazúria (8-10 de Setembro). Moltke foi substituído no comando, a 16 de Setembro de 1914, pelo general Falkenhayn.

Os Estados Unidos, depois da batalha do Marne, tentaram obter a paz, propondo o regresso à situação anterior à guerra, o que foi recusado por todos os intervenientes (a França reivindica a Alsácia-Lorena, a Rússia o domínio dos Estreitos).

4.2 A guerra torna-se mundial

A situação de guerra, mais longa do que se previa, obriga os beligerantes a pressionar os neutros para nela participarem, mediante promessas várias, o que alarga o espaço de guerra. O primeiro país a deixar a neutralidade foi o Império Otomano, que se alia à Alemanha, a 2 de Agosto de 1914, o que provoca o encerramento dos Estreitos, o que corta as relações da Rússia com os países ocidentais. Em Abril de 1915, a Itália assina um acordo secreto com a Grã-Bretanha e entra em guerra contra a Áustria-Hungria, a 23 de Maio de 1915, com a promessa de reaver as terras italianas sob o domínio austríaco. A Bulgária, em Outubro de 1915, na esperança de poder vir a receber parte dos territórios da Sérvia e da Romênia; em Agosto de 1916, a Romênia passa para os Aliados para adquirir a Transilvânia e a Bucovina; Alemanha declara guerra a Portugal em 9 de Março de 1916; em 6 de Abril de 1917, os Estados Unidos declaram guerra à Alemanha; em Junho de 1917, é a vez da Grécia, por onde os Aliados pensam

poder ajudar a Sérvia e a Roménia e reabrir os Estreitos. Os países americanos tomam o partido dos Aliados. No total, 35 Estados participaram na Grande Guerra²⁵.

III

UMA GUERRA DE POSIÇÃO (1914-1915)

1. O SISTEMA DE TRINCHEIRAS

A guerra de movimento falhara. As forças em presença fixaram-se numa linha de trincheiras de 765 Kms, que se estendia do mar do Norte à fronteira da Suíça. Iniciava-se uma “guerra de desgaste”. A guerra ia ser longa e o seu resultado dependeria não apenas da força militar dos beligerantes mas, em larga medida, da sua capacidade económica para mobilizar os recursos necessários.

As trincheiras, com a profundidade necessária para abrigar um homem, eram de traçado sinuoso, para evitar tiros de enfiada do lado do inimigo, com um parapeito formado com a terra do desaterro. As melhor construídas têm paredes reforçadas com sacos de terra, madeira ou chapas metálicas e são dotadas de abrigos. O chão é de terra batida, por vezes com estrado de madeira. A primeira linha era protegida por uma rede de arame farpado, colocada à distância do lançamento de uma granada de mão, para amortecer o avanço do inimigo. Para lá da primeira linha ficava a “terra de ninguém”, de largura variável, de noite percorrida por patrulhas de reconhecimento. Na linha da frente ficavam os postos de observação e os pontos para as armas defensivas/ofensivas (metralhadoras ligeiras, granadeiros e atiradores). A segunda linha, de apoio à primeira, dispunha de metralhadoras pesadas e morteiros. Na terceira linha ficavam as tropas de reserva. Entre as linhas, distâncias maiores ou menores. A ligá-las, trincheiras de comunicação. A permanência nas trincheiras era de seis dias. (sistema de rotação). A vida nas trincheiras era dolorosa, sobretudo em períodos de chuva, sem condições de higiene, e em contacto com ratos, atraídos pelos corpos dos mortos.

Neste tipo de guerra são utilizadas novas armas de flagelação: morteiros, lança granadas, granadas de mão, barragens de artilharia e de metralhadoras e, embora proibidos, gases asfixiantes

Balões cativos e aviões permitem melhor observação das posições do inimigo e regulam o tiro da artilharia. A aviação, limitada inicialmente ao reconhecimento, torna-se uma arma de combate, com ataques ao solo e contra aviões inimigos.

2. A FALÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS

A frente ocidental estabilizara. Os Alemães voltam-se para leste, obrigando os Russos a um grande recuo, mas sem alcançarem uma vitória decisiva. Era uma mudança estratégica: vencer a leste para em seguida concentrar o esforço na frente ocidental. Para contrabalançar, novas ofensivas na frente ocidental, sobretudo em Artois (19 de Maio, 1915) e Champagne (25 de Setembro), que não conseguiram quebrar as linhas alemãs e provocaram perdas elevadas.

Simultaneamente, os Aliados, perante as dificuldades na frente ocidental, realizam uma manobra de diversão: criar novas frentes de combate. Com este objectivo, decidem atacar a Turquia, aliada da Alemanha, efectuando uma expedição naval a Galípoli: bombardeamentos aos fortes turcos, seguidos do desembarque de uma força

²⁵ Rémond, René, ob. cit. pp.20-22.

terrestre, que marcharia para Galipoli. A operação naval (18 de Março de 1915) e o desembarque (25 de Abril) falharam o seu objectivo: levar auxílio militar à Rússia e à Sérvia. Nos finais de 1915, o quadro europeu era favorável aos Impérios Centrais, que dominavam o noroeste da França, a Polónia russa, a Lituânia, uma parte da Letónia e a Sérvia; a Bulgária aliara-se à Alemanha (Outubro de 1915); a Itália passara para o lado dos Aliados (Maio de 1915), o que cria uma frente contra a Áustria.

3. A GUERRA NO MAR

O domínio dos mares foi fundamental durante o conflito: os Aliados decretaram o bloqueio à Alemanha, impedindo a chegada de navios mercantes às águas alemãs e dos seus aliados, mas não evitando o “contrabando de guerra” – os países neutros serviam de intermediários entre as Américas e a Alemanha. A arma utilizada, a frota de alto-mar. A Alemanha reage considerando a zona circundante da Grã-Bretanha zona de “guerra submarina”. Para esse efeito, foram construídos 343 submarinos desde 1914 até 1918 e, no momento do armistício estavam em construção mais 206²⁶.

A Armada Britânica apostou na construção de grandes couraçados, com maior blindagem, poder de fogo e velocidade (motores a óleo combustível), depois imitada pelas armadas de outros países. Além dos couraçados, havia cruzadores (escolta a navios de transporte), torpedeiros e contra-torpedeiros (importância do torpedo na destruição de frotas mercantes) e submarinos (arma devastadora, em situações de bloqueio naval). Uma outra arma, a mina, era utilizada na defesa de zonas costeiras e fluviais (“campos de minas”); contra os submarinos, o lançamento de “cargas de profundidade”.

Enquanto os navios de superfícies bloqueavam possíveis abastecimentos aos Alemães, os submarinos alemães afundavam navios mercantes (de passageiros e transporte militar). “Em [7] Maio de 1915, o submarino U-20 afundou o Lusitânia, paquete britânico, com 1 200 passageiros, dos quais 128 eram americanos, o que quase causou o corte de relações entre os Estados Unidos da América e a Alemanha (...). A frota mercante britânica continuou a perder entre 50 e 100 navios por mês ... ao longo de 1915²⁷.”

4. A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA

4.1. Neutralidade colaborante na Europa

O presidente Bernardino Machado, a 7 de Agosto de 1914, declarou no Congresso “amizade” com todas as nações e fidelidade à aliança com a Grã-Bretanha. De acordo com essa posição, o governo britânico, a 13 de Agosto, pediu autorização para uma força militar inglesa atravessar Moçambique para ir reforçar as forças britânicas na Niassalândia; e no dia 24 de Setembro, o governo francês solicitou a Portugal a cedência de peças de artilharia, mas o governo português fez-lhe saber que só em nome da aliança inglesa o poderia fazer; a 10 de Outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, “sem grande entusiasmo”, convida Portugal “a juntar-se aos Aliados”. Contudo, a “18, fazia marcha-atrás no seu pedido de 10”; a 21 de Novembro seguiram para França, a bordo de um navio inglês, 56 canhões de 75 mm, mas sem artilheiros²⁸; em 23 de Novembro, o Congresso da República autoriza o Governo a intervir na guerra quando achasse conveniente; a 25, é decretada a organização da “Divisão Auxiliar”, que não se concretizou devido à demissão do Governo a 5 de Dezembro.

²⁶ Léon, Pierre, (Dir) *História Económica e Social da Europa*. Ed. Sá da Costa, 1982. Vol. V. T. 1, p. 30.

²⁷ Id. Id., p. 345.

²⁸ Ramos, Rui, *História de Portugal*, Ed Círculo de Leitores, VI, p. 500-

4. 2. Guerra nas colónias

A guerra europeia levantou o problema da defesa de Moçambique e de Angola, fronteiras, respectivamente, da África Oriental Alemã e do Sudoeste Africano Alemão. Como medida cautelar, o Governo decretou, a 18 de Agosto de 1914, a mobilização de dois destacamentos mistos (Artilharia de Montanha, Cavalaria, Infantaria e Metralhadoras) para Moçambique (1 539 homens) e Angola (1 525).

O primeiro incidente com os Alemães verificou-se em **Moçambique**. A 25 de Agosto de 1914, uma coluna alemã, vinda da África Oriental Alemã, atravessa o rio Rovuma e destrói o posto administrativo de Maziúá, ocupado por um sargento e 6 polícias, retirando depois de incendiar a pequena povoação indígena. A 1ª expedição para Moçambique, comandada pelo tenente-coronel Massano de Amorim, parte a 11 de Setembro, chega a Lourenço Marques a 16 de Outubro, segue para Porto Amélia, onde desembarca a 1 de Novembro. Era uma expedição constituída por unidades de vários pontos do País – “artilharia de Portalegre e Évora, infantaria de Tomar e de Viseu, cavalaria do Porto e de Vila Viçosa – que se concentraram na capital seis dias antes do embarque, sem tempo para exercícios de conjunto ...”²⁹. Durante a sua estadia, recebe ordens desencontradas (ofensiva/defensiva), dedicando-se, na prática, a abrir estradas e a montar postos de vigilância na margem direita do Rovuma, com pequenas guarnições e muito distantes uns dos outros, e uma rede telegráfica. Não ocupou, como era vontade do Governo, Quionga por considerar não ter a necessária capacidade ofensiva (não recebeu os reforços pedidos). A 23 de Agosto sabe que será substituído. Em Outubro de 1915, parte para Moçambique a 2.ª expedição, sob o comando do major de artilharia Moura Mendes, que desembarca em Porto Amélia em 7 de Novembro de 1915. Vai também o novo Governador-Geral, Álvaro de Castro. Sob o impulso deste, Quionga é reocupada pacificamente, a 10 de Abril de 1916. No entanto, a tentativa de ultrapassar o Rovuma não foi bem sucedida.

Angola. Os alemães tinham o desejo de aumentar a sua colónia do Sudoeste Africano à custa de Angola. Por isso, o Governo português, a 10 e 11 de Setembro de 1914, enviou a 1.ª expedição, de dois destacamentos, comandada pelo tenente-coronel Alves Roçadas, que desembarcou em Moçâmedes a 1 de Outubro. A 17 de Outubro de 1914, deu-se o primeiro confronto com os alemães. O governador alemão de um distrito próximo da fronteira de Angola, instalou-se com uma pequena força em território angolano. O capitão-mor do Cuamato enviou um destacamento para os trazer a Naulila e daí para o Cuamato. Contudo, em Naulila, os alemães pretenderam retirar-se, o que originou uma acesa discussão com os militares portugueses, e terminou com a morte do governador alemão e dos oficiais que o acompanhavam. O incidente de Naulila deu-se quando a expedição de Alves Roçadas já se encontrava no sul de Angola.

Em 31 de Outubro, uma coluna alemã comandada por um capitão, atacou de surpresa o posto de Cuangar, provocando a morte de 2 oficiais portugueses, um sargento e cinco praças, fugindo a restante guarnição para o mato. A 19 de Novembro, o capitão-mor do Cuamato soube que um destacamento alemão se dirigia em direcção a Naulila e se tinha instalado na margem do rio Cunene, onde entraram em confronto com portugueses a 12 de Dezembro. No dia 18 de Dezembro, os Alemães atacam em força Naulila; após 4 horas de combate, inconclusivo, ambas as forças retiram, a alemã para o Sudoeste Africano Alemão³⁰.

O governo português resolveu enviar uma nova expedição, comandada pelo general Pereira de Eça, que chegou a Luanda em 21 de Março de 1915, e foi ocupar o Baixo Cunene. A 9 de Julho, os sul-africanos ocuparam o Sudoeste Alemão, cessando a ameaça a Angola. As forças portuguesas passaram a combater as revoltas indígenas no interior de Angola.

²⁹ Peres, Damião, ob. cit. Vol.VII, Suplementos, p. 561.

³⁰ Fraga, Luís Alves, *Naulila, 1914*, em Afonso, Aniceto, ob. cit. vol. 2, pp. 46-48

IV

UMA GUERRA DE DESGASTE (1916)

1. NA FRENTE OCIDENTAL

A guerra em 1915 mostrara ser difícil romper a linha adversária, donde três atitudes diferentes dos comandos militares: uma guerra de “desgaste”, de “ruptura” ou de “diversão”?

A “ruptura” era o ideal dos chefes militares, mas que supunha superioridade de efectivos e de poder de fogo. O general alemão Falkenhayn, aproveitando o esgotamento momentâneo do exército russo, efectua uma ofensiva sobre **Verdun**, apostando no uso em massa da artilharia. De 21 de Fevereiro a 24 de Junho de 1916, as tropas francesas e alemães procedem a ataques e contra-ataques. Comanda a defesa o general Pétain. Os abastecimentos do exército francês efectuavam-se por um “comboio de camiões e automóveis” (a “via sagrada”), pois a via-férrea tinha sido cortada nas primeiras horas da batalha. Os alemães falharam e perderam 240 000 homens, os franceses perderam 275 000.

A partir de Julho de 1916, Joffre desencadeia uma ofensiva anglo-francesa no **Somme**, também recorrendo ao poder da artilharia para desgastar as defesas alemãs. A 1 de Julho, a infantaria ataca, crente nos efeitos causados pela artilharia, sendo repelida com enormes baixas. Novo ataque, agora com o apoio, pela primeira vez, de carros de combate (tanques), permitiu um avanço de 3 quilómetros, depois recuperado pela contra-ofensiva alemã. Foram muito pesadas as baixas de ambos lados.

Consequência imediata: mudança dos dois comandos: o alemão é entregue ao general Hindenburg (com ele, Ludendorff) e o francês ao general Nivelle. O cansaço substituiu a esperança dos meses iniciais; a guerra assentava, cada vez mais, nas armas utilizadas.

2. FRENTE ORIENTAL

A estratégia alemã, como vimos, era agora vencer a leste para, em seguida resolver a guerra a ocidente. A Rússia reorganizara as suas forças e a sua indústria assegurava o abastecimento militar dos exércitos. Por isso, passa à ofensiva sob o comando de Brusilov contra o exército austro-húngaro (4 de Junho de 1916), que derrotou, infligindo-lhe elevadas baixas. Foi a oportunidade para a Roménia, se colocar ao lado dos Aliados, na expectativa de alargar os seus domínios à custa da Bulgária e da Áustria-Hungria, entrando na guerra a 27 de Agosto, mas com resultados desastrosos.

3. GUERRA NO MAR

O choque entre as duas Esquadras de Alto Mar da Alemanha e da Grã-Bretanha deu-se a 16 de Março de 1916, na Jutlândia. “Na manhã de 31 de Maio, mais de 250 barcos de guerra britânicos e alemães navegavam em rotas convergentes para um confronto (...) ao largo da costa dinamarquesa da Jutlândia”. A batalha foi “inconclusiva”, apesar de ambos os contendores reclamarem a vitória. Se os alemães perderam menos navios, sofreram mais prejuízos nos que sobreviveram. As suas unidades pesadas, em termos relativos, caíram de uma relação de 16 contra 28 para 10 contra 24”, o que lhes não permitiu “aventurarem-se para fora de águas costeiras”³¹.

³¹ Keegan, John, ob. cit., pp 335-356.

Portugal sofreu ataques de submarinos alemães: a 3 de Dezembro de 1916, o submarino U-83 afunda 3 navios no Funchal e, vindo à superfície, alvejou a cidade. Portugal dispunha no local de 3 pequenas patrulhas e 1 gasolina e as baterias de costa eram de fraco alcance. A 4 de Dezembro, houve uma tentativa de ataque de um submarino ao porto de S. Vicente (Cabo Verde), onde se encontrava em trânsito o paquete Moçambique com 500 soldados, que foi impedido pela canhoneira portuguesa Ibo, que tendo avistado o periscópio do submarino o tentou abalroar, o que obrigou a retirar³².

4. PORTUGAL ENTRA NA GUERRA (9 DE MARÇO DE 1916)

Ao abrigo da “neutralidade”, oficialmente não declarada, numerosos navios de diversas nacionalidades, entre os quais alemães, entraram em portos portugueses para evitar ataques. Por outro lado, a guerra submarina alemã afundara muitos barcos ingleses, o que afectou o seu abastecimento, inclusive militar, proveniente da América. Portugal foi pressionado a “requisitar” os navios alemães e austríacos refugiados em portos portugueses, cerca de 70, “ao abrigo da aliança” (17 de Fevereiro de 1916). E a 23 de Fevereiro, destacamentos da marinha portuguesa ocuparam os navios alemães e neles arvoraram a bandeira portuguesa. A Alemanha reagiu: a 27 de Fevereiro, o barão de Rosen, representante alemão em Lisboa, entregou uma nota de protesto no Ministério dos Negócios Estrangeiros e, a 9 de Março de 1916, uma declaração de guerra, seguida pouco depois pela da Áustria. Foi formado o **Ministério da União Sagrada**, mas só com democráticos e evolucionistas. A razão da entrada na guerra, afirmava o Governo, era o receio de que, em caso de dificuldades militares, uma negociação entre a Alemanha e a Grã-Bretanha voltasse a repor a partilha de colónias portuguesas. Por outro lado, o Governo de Afonso Costa esperava garantir um “empréstimo de 3 milhões de libras, para comprar armas e trigo”. Londres dissera sempre que a assistência financeira inglesa tinha como contrapartida a entrada na guerra³³. Daí a expressão popular usada pela oposição: “venda de soldados”.

No plano militar, intensificou-se a organização da Divisão de Instrução. A preparação do primeiro contingente para França processou-se em Tancos (Maio a Julho de 1916), onde se concentraram 19 867 militares das armas de Infantaria, de Cavalaria, de Artilharia, de Engenharia e Administração Militar, sob o comando do general Tamagnini de Abreu. Houve dificuldades na mobilização e na concentração por recusa de civis e militares; faltavam oficiais, sargentos e cabos, o que se supriu com promoções, com base na escolaridade básica (para cabos) e formação em escolas preparatórias de sargentos e de oficiais. A Divisão de Instrução começou a desmobilizar a 2 de Agosto de 1916³⁴.

A guerra em África continuava. Tropas inglesas e belgas atacavam e progrediam na colónia alemã da África Oriental, o que favoreceu os ataques portugueses para além do Rovuma, sobretudo para Quionga. A 30 de Março de 1916, o Governo decidiu enviar uma 3.^a expedição para Moçambique, sob o comando do general Ferreira Gil, tido como disciplinador, o que neste caso era fundamental dado que duas companhias eram constituídas por soldados que tinham recusado ir para França, além de outros que se tinham também insubordinado em Mafra³⁵. Em Maio, a guarnição de Quionga é reforçada com tripulantes do cruzador Adamastor, que actuam autonomamente. Esta falta de comando nas operações explica o fracasso na tentativa de passar o Rovuma. Pelo contrário, os alemães obrigaram os diversos postos fronteiriços a renderem-se ou a retirarem. A chegada do primeiro contingente da 3.^a expedição (Julho de 1916), permitiu, a 18 de Setembro, passar à ofensiva, alcançando Nevala, 200 KM a norte do Rovuma, em território da África Oriental Alemã, que tinha sido abandonado pelos alemães. No entanto, Nevala será perdida, por ataque alemão que, em seguida, entrou no norte de Moçambique.

³² Telo, António José, em Afonso, Aniceto, ob. cit. Vol. 3., pp. 62-63.

³³ Ramos, Rui, *A Segunda Fundação (189-1926)*, em *História de Portugal*, Ed. Círculo de Leitores, Vol. VI, p. 516.

³⁴ Ramos, Rui, *A Segunda Fundação (189-1926)*. Em *História de Portugal, Círculo de Leitores*, Vol. VI, p. 516

³⁵ Peres, Damião, *História de Portugal*, Vol. VII, p. 515.

Em Angola, a expedição do general Pereira de Eça, também nomeado governador da colônia em 1915, tinha a intenção de “vingar Naulila” e, sobretudo, pacificar o Cuanhama. A sua missão foi favorecida pela vitória dos sul-africanos, que passaram a dominar o Sudoeste Africano (12 de Julho).

V

1917 – O ANO DA VIRAGEM

1. A VIRAGEM DA GUERRA

Em 1917, dois acontecimentos alteraram o rumo da guerra. O primeiro, com vantagens para a Alemanha e a Áustria, foi a **revolução russa**. Em Fevereiro/Março, uma rebelião militar, juntamente com motins e protestos populares, motivados pela falta de pão, levou à abdicação do czar Nicolau II e à constituição de um governo provisório dirigido por Kérensky. A guerra continuou.

Na noite de 24 para 25 de Outubro, uma nova revolução, chefiada por Lenine, recém-chegado da Suíça, apoderou-se do poder e instaurou um governo bolchevique. Os bolcheviques prometem aos soldados a paz e aos camponeses a terra (26 de Outubro) e a 5 de Dezembro de 1917 é assinado com a Alemanha, em Brest-Litovsk, um armistício por três meses. Este tratado teve como consequência a transferência de importantes forças militares alemãs da frente oriental para a ocidental.

Mas a revolução russa teve também um impacto político na Europa: o socialismo de esquerda ganha nova vitalidade e alimenta o desejo de paz. Logo na primavera de 1917, socialistas holandeses e escandinavos tentam reunir uma conferência internacional em Estocolmo, que encontra a proibição dos governos francês e inglês quanto à ida dos seus súbditos. Em apoio da Conferência, o soviete de Petrogrado apelou, a 15 de Maio, aos socialistas de todas as nações para enviarem os seus representantes e que persuadissem os respectivos governos a aceitar uma paz “sem anexações nem indemnizações sobre a base da autodeterminação dos povos”.

O segundo grande acontecimento, com vantagem para os Aliados, foi a **entrada na guerra dos Estados Unidos**. No início do conflito, o presidente Wilson tinha proclamado uma neutralidade absoluta, que se revelou promissora para os interesses americanos: aumentaram os fluxos de mercadorias (produtos agrícolas e industriais) e de capitais (empréstimos) aos países Aliados. Ora, a 31 de Janeiro de 1917, o Estado-Maior alemão declarou a guerra submarina total: qualquer navio neutro que se dirigisse para os portos britânicos seria afundado, o que aumentou o número de vítimas civis. Os armadores interromperam a navegação para a Europa, as mercadorias acumulam-se nos portos e os meios financeiros e económicos protestam, perante os enormes prejuízos que os afectam. A 12 de Março de 1917, os navios mercantes americanos são armados para defesa contra ataques de submarinos. Por outro lado, diz-se que os alemães fomentavam uma guerra entre o México e os Estados Unidos, o que reforça o sector favorável à entrada na guerra europeia. O torpedeamento de um navio comercial americano faz o Congresso aprovar a proposta de Wilson para a intervenção militar na Guerra (2 de Abril de 1917). Na sua declaração ao Congresso, o Presidente Wilson declarou que se tratava de uma guerra pela democracia, pela autodeterminação dos povos, pelos direitos humanos, pela paz e segurança de todas as nações. Vários Estados americanos seguiram os Estados Unidos. E a 4 de Julho de 1917, os primeiros militares americanos desfilam em Paris.

No entanto, o ano de 1917 é também marcado por situações de crise militar e civil. Cresce o cansaço pela guerra. Os soldados têm o sentimento de que são “carne para canhão” e nas trincheiras aumenta a desarmonia entre soldados e oficiais; há motins e deserções tanto nos exércitos aliados como nos marinheiros alemães, e, na frente oriental, soldados russos chegaram a confraternizar com alemães; há greves nas fábricas francesas

de armamento. O moral dos civis enfraquece perante as dificuldades alimentares e o aumento dos preços, os partidos socialistas opõem-se à guerra (proclamam: "guerra à guerra"). Aumenta o desejo de paz. A 1 de Agosto, o Papa Bento XV apela à paz, à redução dos armamentos, à arbitragem internacional para dirimir conflitos, à realização de plebiscitos para decidir o destino de territórios, como a Alsácia Lorena, a Polónia e o Trentino³⁶.

Contudo, a guerra persiste em todas as frentes, sem resultados decisivos, apesar do aumento do número de carros de combate, de peças de artilharia pesada, do emprego dos gases asfixiantes, do aumento dos ataques aéreos, por zeppelin e aviões, a vilas e cidades e da intensificação da guerra submarina.

2. PARTICIPAÇÃO MILITAR PORTUGUESA

2.1. Na França

Portugal teria ajustado com a Grã-Bretanha (3 de Janeiro de 1917) o "envio de 55 mil soldados, em remessas mensais de 4 mil, mais 1000 artilheiros. Iriam garantir doze quilómetros de frente - no norte de França, a média: era de 60 mil homens por cada doze quilómetros de frente -, no sector inglês na Flandres, ao sul de Armentières"³⁷.

A 26 de Janeiro, iniciou-se o embarque das primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) para França: o primeiro batalhão desembarcou em Brest a 2 de Fevereiro. Em Outubro, decidiu-se o envio de uma terceira divisão, mais 20 mil soldados, que não partiu devido à revolta de 5 de Dezembro, chefiada pelo major Sidónio Pais. Este tinha sido embaixador em Berlim de 17 de Agosto de 1912 a 9 de Março de 1916. Outras medidas por ele tomadas eram reveladoras do progressivo recuo na participação da guerra: procurou negociar a retirada para a retaguarda do C.E.P.; não providenciou o envio de novas forças para substituir as que estavam na frente; chamou oficiais para comissões em Portugal; prolongou o prazo das licenças que estes gozavam em Portugal. Tudo isto fazia aumentar o descontentamento dos militares na frente de combate, com alguns casos de insubordinação.

Os soldados portugueses foram inicialmente sujeitos a actividades militares de adaptação ao tipo de guerra em que seriam envolvidos. Depois, ocuparam os seus postos na frente de combate, com seis dias de permanência na 1.^a linha, seguidos de seis dias de descanso relativo na retaguarda; no viver diário nas trincheiras, com actividades de vigilância e de patrulha, sujeitos ao fogo inimigo. Devido aos golpes militares de Pimenta de Castro (1915) e de Sidónio Pais (1917-1918) não foi efectuado o reforço/substituição das tropas portuguesas na Flandres, o que diminuiu e fragilizou o contingente português. A 8 de Abril, a 2.^a Divisão Portuguesa sabe que vai ser substituída a partir do dia seguinte por uma Divisão Inglesa, atendendo ao cansaço das suas forças. Mas foi precisamente no dia 9 de Abril que se iniciou o ataque alemão - a operação Georgette - que começou com um intenso fogo de barragem de artilharia. O ataque alemão destróçou a frente portuguesa.

2.2. Nas colónias

Para **Moçambique** é enviada a 4.^a expedição, sob o comando do coronel Sousa Rosa, partidário da realização de uma ofensiva. É contrária a opinião dos ingleses e do governo português, tendo em conta a composição e comando da força portuguesa: *tropas europeias fatigadas antes de haverem combatido ... A fê e o entusiasmo faltam completamente aos graduados*", como reconheceu posterior inquérito aos actos do coronel.

³⁶ Burns, ob. cit. pp. 858-859-

³⁷ Ramos, ob. cit. p.516.

No início de 1917, em acção conjugada, ingleses e belgas dominam a parte norte da África Oriental Alemã e obrigam o general von Lettow, a marchar para sul, ultrapassando o Rovuma. As forças portuguesas são reforçadas com novas unidades metropolitanas, incluindo 3 aviões, comandadas pelo coronel Sousa Rosa, com o objectivo da defesa da fronteira (rio Rovuma). O general alemão utilizou a tática da “guerra de guerrilha”, acompanhada por levantamento das populações indígenas. A 25 de Novembro, uma nova ofensiva alemã ultrapassa o rio, ocupa Negomano, onde se abastece de víveres e munições, fomenta e arma rebeliões nativas, avança para sul, passa ao lado de Nampula e, aparentemente, visa chegar a Quelimane. As forças aliadas, incluindo portugueses e sul-africanos tentam vários movimentos de cerco, sem sucesso. O general alemão regressa à África Oriental Alemã, ocupada pelos aliados, entra na Rodésia do Norte e rende-se, voluntariamente, a 12 de Novembro de 1918, quando confirma o armistício assinado pela Alemanha³⁸

2.3. No mar

A guerra submarina alemã continua a actuar nas rotas marítimas atlânticas. Em 1917, há ataques ao porto de S. Vicente, em Novembro, por um submarino que afunda dois navios brasileiros, antes de ser repellido; a cidade do Funchal é alvejada por um submarino, provocando destruições, mortes e feridos; a 4 de Julho, uma tentativa de ataque a Ponta Delgada é evitada pelo tiro do cargueiro americano Orion, fundeado no porto. Em Fevereiro desse ano, os Estados Unidos perceberam a importância dos Açores na protecção da navegação atlântica, enviando para o arquipélago contratorpedeiros, um barco de guerra para defesa do porto e submarinos – em 1918, enviarão fuzileiros navais, baterias de artilharia e uma esquadrilha de hidroaviões, importantes na guerra anti-submarina.

Para dificultar a acção dos submarinos, os navios mercantes passaram a navegar em sistema de “comboios” sob a protecção de navios de guerra. Assim aconteceu a 14 de Outubro de 1918, quando, ao largo dos Açores, o caça-minas Augusto de Castilho, comandado por Carvalho Araújo, enfrentou o submarino alemão U-139, emerso. Combate desigual, dada a superioridade de fogo do submarino, mas que permitiu a fuga do vapor de passageiros S. Miguel, a troco da destruição do caça-minas e da morte de parte da tripulação, incluindo o comandante³⁹.

³⁸ TELO, António José, ob. cit.vol. 2, pp.40-41.

³⁹ Cardos, Rui e outros, Gilbert, Martin, ob. cit. vol.7, pp77-82,

VI

1918 – O FIM DO PESADELO

1. A ÚLTIMA JOGADA ALEMÃ

O armistício entre a Rússia e a Alemanha (15 de Dezembro de 1917) permite a Ludendorff transferir para Ocidente as melhores divisões alemãs, a 27 de Dezembro de 1917, garantindo-lhe, pela primeira vez, superioridade numérica. Impunha-se efectuar uma ofensiva antes da chegada dos Americanos. Beneficiando do efeito surpresa, as tropas alemãs, de 21 a 24 de Março de 1918, atacam, as forças britânicas na região de Saint-Quentin (no Somme), criando entre as forças inglesas e francesas um intervalo de 15 Kms., e chegaram a oitenta quilómetros de Paris; o general Haig pedira a Pétain o envio de tropas francesas, que este recusou com receio de um ataque alemão à Champagne. Foi então criado um comando aliado único (Foch), a 26 de Março, sendo a ofensiva alemã detida em Amiens. Prepara-se uma nova ofensiva, com a vinda de reforços de ambos os lados: os Alemães deslocaram da frente leste, desactivada, oito divisões. A 23 de Março três canhões alemães bombardearam Paris, a 120 km de distância.

A 9 de Abril, iniciou-se a batalha do Lys. Catorze divisões alemãs atacaram numa frente de doze quilómetros, obrigando os britânicos a recuar, o mesmo sucedendo à Divisão portuguesa contra a qual os alemães enviaram quatro divisões, que conseguiram abrir uma brecha de sete quilómetros na linha britânica. A luta prosseguiu durante dias e os Alemães acabaram por ser travados a 29 de Abril.

Se o assalto alemão de 9 de Abril foi um relativo fracasso e desmoralizou os alemães, a ofensiva lançada na Champagne, de 27 a 31 Maio, foi um grande sucesso, pois progrediram 60 Km e ultrapassaram o Marne. Ludendorff pensa terminar a guerra e a 15 de Julho executa uma ofensiva no Marne. Contudo, a 18 de Julho, surge uma contra-ofensiva aliada, marcada pelo emprego massivo de carros de combate Renault, obrigando os alemães a recuar. A chegada em massa dos soldados americanos retira ao comando alemão a esperança na vitória.

2. A CAMINHO DA VITÓRIA ALIADA

Os exércitos aliados passam à contra-ofensiva geral, pois dispõem de superioridade numérica: a 8 de Agosto, uma grande ofensiva, com emprego combinado de carros de combate e aviões, permite reconquistar os territórios ocupados pelos alemães desde a primavera, e Ludendorff ordena a retirada para a Alemanha e a destruição de vias-férreas e de instalações mineiras e industriais. As tropas alemãs retiram em boa ordem.

No fim do verão de 1918, os aliados da Alemanha são obrigados a suspender a guerra: os búlgaros, derrotados pelos franceses e sérvios partidos de Salónica, assinam um armistício a 29 de Setembro, e sérvios, gregos e tropas francesas instalam-se em pontos estratégicos da Bulgária; os Turcos, batidos pelos ingleses, cessam o combate a 31 de Outubro, dando como contrapartida a abertura dos Estreitos, a autonomia à Mesopotâmia, Síria e regiões caucasianas; o exército austríaco não consegue deter a ofensiva italiana, pede um armistício a 4 de Novembro, e o Império Austro-Húngaro dissolve-se sob a pressão das nacionalidades, que formam novos Estados⁴⁰. A Áustria torna-se uma república, a 12 de Novembro de 1918; o Imperador, que se tinha refugiado na Hungria no dia anterior, acabará por renunciar ao trono no dia 13⁴¹. A Alemanha estava isolada na guerra. Hindenburg e Ludendorff informam o Kaiser de ser impossível continuar a luta e propõem a abertura de negociações de paz a 29 de Setembro de 1918.

⁴⁰ Pirenne, Jacques, ob. ci. pp.142-145.

⁴¹ Id. Id., p. 145

3. O ARMISTÍCIO PEDIDO PELA ALEMANHA

A 5 de Outubro de 1918, a Alemanha propõe um armistício aos Estados Unidos, não aos Aliados. Havia uma razão para isso: a 9 de Janeiro de 1918, Wilson tinha apresentado ao Congresso dos Estados Unidos um programa de paz, (os “Catorze pontos”), para justificar a intervenção militar americana na guerra. A resposta é enviada aos Alemães também sem prévia consulta aos Aliados.

As negociações decorreram numa carruagem de comboio na floresta de Compiègne. Então, Wilson fez saber aos Aliados que se não respeitassem os “catorze pontos”, faria uma paz separada com a Alemanha. Entretanto, o texto sofreu três modificações: o ponto referente à “liberdade de navegação no mar” desapareceu, por pressão britânica; a “restauração” das zonas invadidas, por influência de Clemenceau, devia ser interpretada de modo a incluir as “reparações” pelos danos sofridos pelas populações civis e suas propriedades; a referência à “autonomia” das nacionalidades foi substituída por “independência”.

Ao mesmo tempo, o regime imperial alemão começa a afundar-se: a partir de 3 de Novembro estalam motins de marinheiros e de populares, que obrigam Guilherme II a abdicar (9 de Novembro). Depois de algumas mudanças na chefia da Alemanha, a monarquia foi abolida; aliás Wilson declarara não tratar da paz com o Kaiser, considerado responsável pela guerra.

A vitória assumiu uma forma inédita: o território dos vencedores foi invadido e devastado; o do invasor não. O exército alemão pôde retirar em boa ordem para a Alemanha onde foi recebido triunfalmente. Apesar da dureza do armistício, o povo alemão considerou não ter sido vencido pelas armas.

Contudo, durante as discussões sobre os armistícios a guerra continuava. Finalmente, a 1 de Dezembro de 1918, as primeiras tropas britânicas entraram na Alemanha e a 4 de Dezembro, tropas britânicas, idas da fronteira franco-belga, chegaram a Colónia, estabelecendo uma zona de ocupação.

VII

O PREÇO DA GUERRA

1. O PREÇO HUMANO

A Grande Guerra teve um **custo humano** devastador: 8 538 853 mortos. A Rússia perdeu 1 700 000, a França 1 357 800, a Alemanha 1 773 700, a Áustria-Hungria 1 200 000, o Reino Unido (incluindo colónias) 908 371, a Turquia 325 000, os Estados Unidos 126 000, Portugal 7 760⁴². A estas perdas é necessário acrescentar os milhões de feridos de guerra, os grandes mutilados, que perderam os membros ou a visão, os desfigurados por ferimentos na cara, os gazeados, os gravemente doentes.

As populações civis também sofreram perdas elevadas, sem distinção de idade ou de sexo, por efeitos directos da guerra (bombardeamentos), por represálias contra os resistentes civis (nas praças, eram fuzilados civis, sem distinção de idade e sexo), por insuficiência alimentar (falta de víveres e racionamento), por doença e epidemias (a “gripe espanhola”, em 1918, matou quase um milhão de pessoas na Europa). A mortalidade infantil aumentou fortemente entre 1914 e 1918.

Em consequência, verificou-se uma **quebra acentuada na taxa da natalidade**. Tenha-se presente que os mortos e os incapacitados, por ferimentos e doenças, tinham entre os 20 e os 45 anos. A pirâmide das idades foi

⁴² Afonso, Aniceto, ob. cit. vol. 6, p.28.

profundamente alterada (envelhecimento da população) e a estrutura por sexo foi igualmente desequilibrada. Em consequência, a sociedade foi **afectada na sua vitalidade**: na economia, faltam os produtores e consumidores; nas forças armadas, são menores os cidadãos mobilizáveis; cresce o número de viúvas e de órfãos, “os filhos da guerra”, a exigirem a promoção da assistência social, em nome da solidariedade nacional. Em diversos países surgem associações de antigos combatentes e são instituídas “pensões às vítimas da guerra”.

2. PERDAS MATERIAIS E ECONÓMICAS

As operações militares devastaram regiões agrícolas e industriais, destruíram milhares de casas, inutilizaram centenas de quilómetros de estradas, de vias-férreas e pontes.

O esforço de reconversão das estruturas económicas e a necessidade de fazer face a outras despesas exigiam enorme capacidade financeira, o que levou os Estados, carecidos de recursos próprios, a contraírem **empréstimos** no estrangeiro, sobretudo nos Estados Unidos, e a **emitirem papel-moeda**, não convertível (sem paridade ouro) provocando o **aumento da dívida pública** (interna e externa) e o **défi ce orçamental**. A emissão de notas para além da taxa de cobertura, leva à sua desvalorização e a **inflação** dispara. As compras ao estrangeiro ultrapassam em muito as possibilidades de pagamento, aumentando o **défi ce da balança comercial**, em proveito dos países neutros e dos Estados Unidos. Pelo contrário, Estados Unidos, Japão e países sul-americanos conheceram uma expansão económica nos sectores agrícola, industrial, comercial e financeiro, ao suprir as necessidades europeias. A Europa de credora passa a devedora.

Portugal foi afectado pela contracção do comércio internacional no decurso da guerra: dificuldades na reexportação dos produtos coloniais; na exportação do vinho e da cortiça para a Europa e de têxteis para as colónias; dificuldades de importações de matérias-primas, de produtos alimentares, de manufacturas da Europa, de cereais dos Estados Unidos; dificuldade na obtenção de empréstimos e no recebimento das remessas dos emigrantes no Brasil. Tudo isto contribuiu para aumentar a instabilidade social e política⁴³.

3. UMA SOCIEDADE PERTURBADA

A guerra modificou a ordem social e as relações entre os grupos sociais. Em primeiro lugar, surgiu um tipo social novo, o dos “**antigos combatentes**”, que após os sofrimentos da guerra, que travaram para alcançar uma sociedade mais fraterna e justa, se sentem **desiludidos e injustiçados**: perderam a casa e, por vezes, a família; não encontram emprego, enquanto os que ficaram, os “aproveitadores”, se enriqueceram com a guerra (“os novos-ricos”); desconfiam da capacidade e vontade das instituições políticas (partidos e parlamentos), para resolver os problemas. A **contestação social** aumenta, estimulada pelo exemplo da revolução russa: as greves sucedem-se e algumas conquistas sociais são alcançadas, como o dia de trabalho de oito horas.

A **mulher emancipa-se**: trabalha fora de casa e ocupa empregos e postos de chefia outrora exercidos por homens; obtém o direito de voto, embora ainda com limitações; altera o seu modo de conviver; o número de divórcios aumenta, em consequência das separações do tempo de guerra e da mutação dos costumes dos “anos loucos”.

O **mundo rural declina**: os jovens camponeses são atraídos pelas vilas e cidades; os homens válidos emigram; ficam os “velhos”. Em certas zonas, sobretudo na Europa de leste, houve revoltas e reformas agrárias.

⁴³ Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; e Miranda, Susana Münch, *História Económica de Portugal – 1143-2010*, Ed. Esfera dos Livros, Lisboa, 2011, pp. 374-375.

A **guerra abalou também o respeito pelos valores tradicionais**: de natureza social (familiares, a situação da mulher); religiosa (afastamentos e conversões); política (democracia *versus* autoritarismo; pacifismo *versus* internacionalismo); de comportamentos: o apetite do prazer e do luxo, após um período de contenção. O optimismo, a crença num mundo cada vez melhor, mais livre e justo, foram substituídos por estados de **ansiedade e pessimismo**. Dúvidas quanto ao futuro e descrença nas instituições favorecem os paladinos de um regresso aos velhos tempos ou ao advento de um regime novo, mais democrático ou autoritário. Em Portugal, Sidónio Pais quer instaurar a *Ideia Nova*, no fundo, um sistema presidencialista, contra o parlamentarismo. Em muitos intelectuais, cria-se a convicção da decadência da civilização europeia, que Valéry, bem expressou com a frase *Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais*

VIII

A PAZ DE VERSALHES – A PAZ DOS VENCEDORES

1. A CONFERÊNCIA DE PARIS (18 DE JANEIRO A 28 DE JULHO DE 1919)

A Conferência de Paris, aberta a 18 de Janeiro de 1919, reúne delegados de 27 nações, chefiadas pelos chefes do governo e ministros dos Negócios Estrangeiros, apoiados por dezenas de colaboradores, que integrarão comissões especializadas. Os vencidos foram excluídos. A delegação portuguesa foi chefiada por Egas Moniz, Ministro dos Negócios Estrangeiro, e depois por Afonso Costa. Para agilizar as reuniões, foram criados conselhos restritos, primeiro de 10, depois de 4 (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália) e, finalmente de 3: o presidente americano Wilson, o primeiro-ministro britânico Lloyd George e o primeiro-ministro francês Clemenceau.

No decurso das reuniões verificaram-se entre os decisores, perspectivas diferentes, por vezes contraditórias, sobretudo entre o idealismo de Wilson, expresso nos “Catorze pontos”, e o “nacionalismo” dos Estados europeus. Os tratados de paz são compromissos entre as duas atitudes.⁴⁴

O primeiro ponto de divergência verificou-se no conceito de paz e nos arranjos territoriais. O Presidente dos Estados Unidos queria basear as relações internacionais no “direito à autodeterminação dos povos”, no “desarmamento geral” e na criação de uma “Liga das Nações”, com capacidade para eliminar a agressão entre Estados, impondo sanções económicas ou militares. Lloyd George defende o “equilíbrio da Europa”, até então assegurado pelo poderio industrial, naval e financeiro da Grã-Bretanha, pelo que exige o controlo da frota alemã, internada no porto inglês de Scapa Flow. Clemenceau quer garantir a “segurança da França”, pelo que pretende a desmilitarização da margem esquerda do Reno, a ocupação permanente da Renânia pelos Aliados, a posse da parte sul do Sarre, a formação de uma Polónia forte, e a manutenção da *Entente Cordial*. O presidente italiano Orlando desejava o regresso à Itália dos seus territórios na posse da Áustria, particularmente do sudeste de Trieste, o que não consegue, por oposição da França e de Wilson, contrário a “compensações territoriais”, o Presidente americano convence Clemenceau a abandonar a ideia de destacar a Renânia da Alemanha e a aceitar a sua ocupação pelos Aliados, por um período de cinco a quinze anos, e a desistir do sul do Sarre.

O segundo ponto de divergência dizia respeito às “reparações” a pagar pela Alemanha pelos danos causados durante a guerra. Lloyd George queria amaciar a dureza das sanções, pensando nas futuras relações económicas com a Alemanha, enquanto Clemenceau exigia dureza; Wilson considera que o importante é saber se são ou não justas as sanções. A Alemanha protesta, mas acaba por aceitar o tratado.

⁴⁴ Duroselle, J.-B, *L'Europe de 1815 a nos jours*, Presses Universitaires de France, 1975, pp. 174-179.

Um terceiro ponto respeitava à atitude a tomar perante a Rússia, que assinara a paz com a Alemanha e se tornara fonte de preocupações após a revolução bolchevique. Tentou-se uma intervenção militar indirecta, ajudando os “Russos brancos” contra os “Russos Vermelhos”, a partir de Vladivostoque. A Paz de Versalhes fê-lo de outra maneira: criou um “cordão sanitário” de pequenas repúblicas ao longo das fronteiras com a Europa ocidental.

Havia ainda que resolver os problemas criados pelo Japão no Extremo Oriente com a sua intervenção nas colónias alemãs, na China e na Rússia. A Conferência de Washington (1921) procurou conter o Japão: limitação dos armamentos, respeito pela integridade territorial da China, evacuação da Sibéria e reconhecimento do sistema de “porta aberta” nos negócios com a China.

2. OS TRATADOS DE PAZ

A “paz com a Alemanha” é assinada em Versalhes a 28 de Junho de 1919, no quinto aniversário do atentado de Serajevo; a paz com a Áustria, a 10 de Setembro (Tratado de Saint-Germain; com a Bulgária, a 27 de Novembro (Tratado de Neuilly); com a Turquia, a 11 de Abril de 1920 (Tratado de Sèvres); com a Hungria, a 4 de Junho de 1920 (Tratado de Trianon).

Os tratados de paz consagraram a Alemanha como responsável pela Guerra, modificaram o mapa da Europa e os regimes políticos.

2.1. A Alemanha é declarada culpada pela guerra

O artigo 231 do tratado de Versalhes incluía uma cláusula pela qual a Alemanha aceitava a responsabilidade “de haver causado todas as perdas e danos a que os Governos Aliados, os Governos dos seus Associados e os seus nacionais têm estado sujeitos em consequência da guerra que lhes foi imposta pela Alemanha e os seus Aliados”⁴⁵.

Em função desta cláusula, foram estabelecidas as sanções a aplicar à Alemanha e seus Aliados. O seu valor foi calculado por uma comissão, em 1921: 132 biliões (mil milhões?) de marcos-ouro, a pagar em 30 anuidades.

Sanções militares: desarmamento da Alemanha; limitação de um exército de voluntários limitado a 100 000 homens, sendo 4 000 oficiais; não possuir tanques, aviões, armamento pesado; desmilitarização de uma faixa de 50 Kms., de largura, a este do Reno; restrições do número e tonelagem dos navios de guerra e proibição de possuir submarinos.

Sanções económicas: perda das colónias, entrega de material ferroviário (locomotivas e vagões); perda de parte da marinha mercante; “reparação de todos os danos sofridos pelas populações civis das nações aliadas e por suas propriedades”, a que a Inglaterra acrescentou o pagamento de pensões às viúvas, órfãos e incapacitados. A fixação do valor e do prazo do pagamento das reparações seria determinada por uma comissão, apenas criada em 1921. As patentes industriais alemãs foram internacionalizadas.

Sanções políticas e morais: A Alemanha é responsabilizada pela guerra e excluída da Sociedade das Nações.

A 8 de Maio de 1919, estas decisões foram apresentadas aos representantes alemães, até então afastados das negociações, sendo-lhes dado um prazo curto para as contestar. A 12 de Maio, o representante alemão recusa assinar um documento “inspirado pelo ódio”. Contudo, a Alemanha acabou por ser obrigada a assinar o documento, tido pelos alemães como um Diktat.

⁴⁵ Joll, James, ob. cit. p. 255

A delegação portuguesa à Conferência de Paz tinha instruções para pedir “reparações” pelos “prejuízos morais e materiais sofridos pelo Estado e particulares” nas “colônias africanas”, no “Funchal e Açores”; exigir a “restituição dos valores dos navios e cargas afundadas pelos submarinos”; a “restituição da propriedade e valores portugueses existentes em território inimigo”; “o pagamento das despesas com a guerra feitas por Portugal na Europa e nas suas colônias africanas”⁴⁶.

Portugal recebeu algumas reparações, entre as quais a propriedade dos navios mercantes alemães que tinham sido apresados quando da entrada na Guerra. Mas mais importante foi ter-se obstado às pretensões da Bélgica sobre Cabinda e o Baixo Congo até Ambriz, às ambições da China sobre Macau; da África do Sul em relação a Lourenço Marques, da Holanda sobre Timor; da França sobre as possessões da Índia, da Itália, na instalação de colonos italianos no planalto de Benguela e no sul da Angola. Foi confirmada a posse de Quionga por Portugal e o direito a receber “reparações de guerra” da Alemanha, pelos danos causados em Angola e Moçambique⁴⁷.



7. A Europa, de 1919 a 1923

2.2. Transformações territoriais

Os tratados de paz modificaram o mapa da Europa, de acordo com “o direito dos povos a escolher livremente o seu destino”. Em termos globais, desapareceram os quatro impérios multi-étnicos: o austro-húngaro, o alemão, o russo e o otomano, foram criados novos Estados e outros aumentaram o seu território. O número de nações europeias passou de 20 a 27, sem contar com a Turquia.

O **Império Austro-Húngaro** deu lugar a quatro Estados: Áustria, Hungria, Checoslováquia, que reúne os antigos reinos da Boémia, da Eslováquia e a Ruténia sul-carpática, e Jugoslávia, unindo Sérvios, Croatas e Eslovenos. A **Polónia** foi **reconstituída** e acrescentada com territórios da Alemanha, da Rússia e da Áustria-Hungria e com um corredor de acesso ao mar, entre duas partes da Alemanha, sendo Danzig declarada “cidade livre”. O **Império russo** é reduzido com a formação da Finlândia, Estónia, Letónia e Lituânia e a cedência de territórios à Roménia e à Polónia. O **ex-Império Alemão** foi amputado de 15% do seu território e de 10% da sua população e perdeu as colónias, que foram partilhadas entre a Grã-Bretanha, a França, o Japão e a África do Sul. O **Império Otomano**

⁴⁶ Fonso, Aniceto, 1914-1918-*Grande Guerra*, Ed. Verso da História / Expresso, vol 7. p. 100-101..

⁴⁷ Afonso, Aniceto – 1914-1918. *Grande Guerra*, pp. 100-101.

foi reduzido à Anatólia (Turquia) e foram criados os Estados da Arábia (independente), da Síria e Líbano (sob mandato da França), do Iraque, Palestina e Transjordânia (sob mandato da Grã-Bretanha).

São aumentados os territórios da **Sérvia**, com o reino de Montenegro, a Bósnia e a Herzegovina e parte da Macedónia; da **Roménia**, à custa da Hungria (Transilvânia), da Rússia (Besserábia) e com territórios disputados pela Bulgária; da **Itália**, que recobra as terras que a Áustria lhe tinha conquistado, a zona de Trentino e Trieste.

O novo mapa da Europa, contudo, nem sempre seguiu o princípio defendido por Wilson. Os desvios mais notórios são: a proibição da incorporação da Áustria e Alemanha; a não aplicação às colónias. Por outro lado, a Checoslováquia ficou com 3 milhões de Alemães (os Sudetas) e 700 000 Húngaros; a Roménia com 1,3 milhões de Húngaros e a Jugoslávia com 460 000 Húngaros; a Polónia recebeu os territórios que lhe haviam sido arrancados séculos antes na Silésia e na Pomerânia, e ainda um pedaço da Rússia Branca e uma região povoada de Rutenos (Ucranianos), aos quais foi prometida autonomia, nunca concretizada. Acresceu a dificuldade em traçar a linha fronteiriça nacional entre certos países dado o emaranhado de populações nessas zonas, o que se procurou solucionar através de referendos, sempre discutíveis.

Houve ainda casos de disputa entre os Aliados: a França reivindicava o Sarre, pelas suas minas de carvão, como compensação pela perda das suas minas durante a guerra, e a transformação dos territórios alemães da margem esquerda do Reno em Estados independentes. Estas posições suscitaram demoradas discussões, que terminaram com um compromisso: o Sarre ficava sob a tutela da Sociedade das Nações; a França ficava com a exploração do carvão; a margem esquerda do Reno seria desmilitarizada durante 15 anos. Em termos globais, triunfo do movimento das nacionalidades; recuo do germanismo e progresso dos Eslavos; primado da França no continente europeu. As instituições políticas dos novos Estado inspiram-se nas da França⁴⁸.

2.3. Mudanças nos regimes políticos

A vitória dos Aliados consagrou a **vitória da democracia** sobre os regimes autocráticos, da soberania dos povos sobre a legitimidade dinástica. A maior parte do território e da população da Europa passou do regime monárquico para o republicano: antes da guerra havia 3 repúblicas (França, Portugal e Suíça) e 17 monarquias, no fim do conflito existiam 14 repúblicas e 13 monarquias. Adoptaram-se novos modelos eleitorais, na senda do sufrágio universal e da representação parlamentar, de tipo proporcional.

A democratização alarga-se também à organização social, à regulamentação das relações laborais (horário de 8 horas) e, sob a égide da Sociedade das Nações, foi criado o **Bureau International du Travail**, que codifica a legislação sobre o trabalho e regula as relações entre empregadores e assalariados.

E, de acordo com o mesmo princípio, pretendeu-se regular as relações internacionais, com a criação da **Liga das Nações** (Sociedade das Nações), que tinha por objectivo resolver, por via pacífica, os conflitos entre os Estados e preservar a paz. Nela estavam representados os governos aliados e neutros, apesar da ausência dos Estados Unidos. Com sede em Genebra, era composta por uma Assembleia-Geral (os delegados nacionais), um Conselho Executivo formado pelos representantes das grandes potências e de outros países eleitos pela Assembleia: 9 membros, sendo 5 permanentes (Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão), e uma Secretaria encarregada de preparar os trabalhos. Contudo, não dispõe de força militar para obrigar a cumprir as suas decisões. Os próprios governos recusam-se a consentir num “super-Estado”, que significaria a redução do seu poder soberano. Por outro lado, a adesão não é duradoura, porque as nações conservam a prerrogativa de retirar-se da Sociedade das Nações. Cobia-lhe ainda o controlo dos territórios outrora turcos, que ficaram sujeitos a “mandatos administrativos” dos países vencedores. Mas, na realidade, a Sociedade das Nações tornou-

⁴⁸ Rémond, René – ob. citr., vol. 3, pp. 31-36.

se um instrumento de domínio nas mãos dos vencedores, em virtude de terem a maioria no Conselho dos 9 e na Assembleia (um voto por Estado). Os Estados Unidos ficaram ausentes pois o Senado americano, de maioria republicana, não ratificara o tratado de Versalhes.

Para os contemporâneos, como refere Rémond (p. 39) as alterações verificadas eram “a vitória do direito e o triunfo da democracia coroando a marcha da humanidade para uma sociedade mais humana, mais livre e mais justa”.

2.4. O papel do Estado e as relações entre os poderes e os cidadãos

Na **política interna**, verificou-se o reforço do poder executivo em detrimento das assembleias parlamentares ou senatoriais. A guerra exigia decisões rápidas, não compatíveis com deliberações demoradas; o secretismo imperava sobre a divulgação dos problemas e das intenções governamentais; os orçamentos deviam ser aprovados sem demora. As decisões e o seu controlo escapavam cada vez mais aos representantes das nações. Há um conflito entre os poderes que põe em causa o princípio das democracias parlamentares e será germe de futuras revoluções.

Nas **relações entre o poder e os indivíduos**, assistiu-se a um **crecente intervencionismo do Estado**. Durante a guerra, o Estado chamou a si “a direcção da economia”; regulamentou as actividades, fixou prioridades, mobilizou os recursos financeiros e humanos necessários; interveio no abastecimento da população e determinou o racionamento dos bens essenciais e escassos; tornou-se produtor e empregador; orientou a investigação considerada fundamental; instituiu serviços de saúde. A intervenção do Estado alargou-se às relações entre os grupos sociais: de acordo com os sindicatos, regulamentou o nível dos salários e a duração do trabalho; bloqueou os alugueres e interveio nas relações entre proprietários e locatários. Os direitos e liberdades individuais foram, em certos domínios, limitados.

Uma Paz Frágil

A 28 de Junho de 1919, Clemenceau, presidente da Conferência de Paz, declarou solenemente: “A assinatura das condições de paz entre as potências aliadas e associados e a República alemã é um facto consumado. O mapa do mundo libertado está definitivamente estabelecido. A sessão está encerrada”.

Governantes e povos supuseram que, com a assinatura dos tratados de paz e a criação da Sociedade das Nações, se estabelecia, finalmente, uma paz “duradoura e definitiva”.

Os factos, porém, vieram provar que tal ambição era excessivamente optimista. Os tratados mostraram-se não só incapazes de resolver antigas questões, como criaram novos problemas.

Efectivamente, nem vencedores nem vencidos ficaram satisfeitos com os resultados do conflito, os primeiros porque esperavam obter maiores vantagens, os segundos por se julgarem injustiçados e sujeitos a encargos exagerados. Mantêm-se rivalidades de interesses, mesmo entre os vencedores, bem como os ressentimentos e ódios entre nações. John Keegan⁴⁹ dá-nos um exemplo frisante desse estado de espírito: “a 18 de Setembro de 1922, o ex-combatente Adolf Hitler lançou à Alemanha derrotada um desafio, que ele levou a cabo 17 anos mais tarde: *Não posso crer que dois milhões de alemães tenham sido mortos em vão ... Não, nós não perdoamos, nós reclamamos: vingança!*”.

⁴⁹ Keegan, John, ob. cit., p.13.

Por outro lado, as negociações criaram um conjunto de Estados frágeis, sem recursos suficientes, que englobavam minorias nacionais descontentes e activas. O novo mapa da Europa violava, em muitos casos, o princípio das nacionalidades e o direito dos povos à autodeterminação. O traçado das novas fronteiras foi difícil e conflituoso.

As dificuldades económicas do após guerra, o acentuar do intervencionismo do Estado e o reacender de nacionalismos abriam caminho a regimes “totalitários”, um novo termo que designava sistemas que rejeitavam simultaneamente o “liberalismo” e o “constitucionalismo” baseados nos ideais da Revolução Francesa,

Finalmente, a Sociedade das Nações não reuniu todos os países e não tinha força para impor as suas decisões, sobretudo às grandes potências; os descontentes abandonaram-na. Contudo, pela sua própria queda, a Sociedade das Nações sublinhara a necessidade de uma organização política internacional forte.

Estavam, portanto criadas as condições que acabarão por conduzir à segunda guerra mundial.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos (coord.), 2014 – *Portugal e a Grande Guerra*, 6 vols. Vila do Conde: Verso da História.

Afonso, Aniceto, 2013 – 1914-1918: Grande Guerra. Col. *Grandes Batalhas da História*, vol.7. Vila do Conde: Verso da História / Expresso.

Burns, Edward McNall, 1977 – *História da Civilização Ocidental*. Porto Alegre: Editora Globo.

Cardoso, Rui; Ramalho, Margarida Magalhães; Marques, Ricardo, 2014 – *A primeira guerra mundial*, vol.7. Lisboa: a esfera dos livros / Expresso.

Cidade, Hernâni, 1935 – Portugal na Guerra Mundial, in Peres, Damião (coord.) – *História de Portugal*, vol.7. Barcelos: Portucalense Editora.

Costa, Leonor Freitas; Lains, Pedro; Miranda, Susana Münch (coord.), 2011 – *História Económica de Portugal – 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Crouzet, Maurice, 1959 – *Histoire Général des Civilization: L'Époque Contemporaine*. Paris: Presses Universitaires de France.

Duroselle, J.B., 1975 – *L'Europe de 1815 à nos jours*. Paris: Presses Universitaires de France.

Ferreira, David, 1965 – Grande Guerra, in Serrão, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, pp. 370-377. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Gilbert, Martin, 2014 – *A primeira guerra mundial*, 6 vols. Lisboa: a esfera dos livros / Expresso.

Groupe de Recherche pour l'Enseignement de l'Histoire et de la Géographie, 1982 – *Histoire: d'une guerre à l'autre (1919-1939)*. Paris: Hachette.

Groupe de Recherche pour l'Enseignement de l'Histoire et de la Géographie, 1981 – *Histoire: héritages européens*. Paris: Hachette.

Joll, James, 1982 – *A Europa desde 1870*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Keegan, John, 2014 – *A primeira guerra mundial*. Porto: Porto Editora.

Léon, Pierre (dir.), 1982 – *História Económica e Social do Mundo*, vol. V - Guerras e crises, 1914-1947. Lisboa: Sá da Costa Editora

Mattoso, José (dir.), 1994 – *História de Portugal*, vol.6. S/l.: Círculo de Leitores.

Peres, Damião, 1954 – *História de Portugal: Suplemento*. – Porto: Portucalense Editora.

Pirenne, Jacques, 1955 – *Les Grands Courants de l'Histoire Universelle*, vol 6. Neuchâtel: Éditions de la Baconnière.

Ramos, Rui, 1994 – *A Segunda Fundação (1890-1926)*, em Mattoso, José (Dir.) *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rémond, René, 1974 – *Introduction à l'histoire de notre temps: 2. le XIX^e siècle 1815-1914*. Paris: Éditions du Seuil.

Rémond, René, 1974 – *Introduction à l'histoire de notre temps: 3. le XX^e siècle de 1914 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil.

Schneer, Robert, 1955 – *Le XIXe Siècle: L'Apogée de l'Expansion Européenne (1815-1914)*, vol.6 de Crouzet, Maurice (dir.), *Histoire Générale des Civilizations*. Paris: Presses Universitaires de France.